



III Seminário Interdisciplinar em Ciências Humanas
Interdisciplinaridade no Vale do Jequitinhonha

CADERNO DE RESUMOS



*III SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS*

*INTERDISCIPLINARIDADE NO VALE DO
JEQUITINHONHA*

08 a 10 de novembro de 2018

CADERNO DE RESUMOS

*ANA CRISTINA PEREIRA LAGE, ADRIANA GOMES DE PAIVA E
ROGÉRIO PEREIRA DE ARRUDA (ORGS.)*

*DIAMANTINA, UFVJM
2018*

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Reitor: Gilciano Saraiva Nogueira

Vice-Reitor: Cláudio Eduardo Rodrigues

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Joerley Moreira

Pró-Reitora de Graduação: Leida Calegário de Oliveira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Murilo Xavier Oliveira

III SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Comissão organizadora: Ana Cristina Pereira Lage; Rogério Pereira de Arruda; Adriana Gomes de Paiva; Teresa Cristina Vale; Lorena Lage Caldeira; Amanda Farina; Débora Teodoro e Christiane Malaquias.

Arte da Capa: Christiane Malaquias.

Financiamento: PPG-CH/PRPPG/UFVJM

Apoio: PROEXC/UFVJM

Ficha Catalográfica - Sistema de Bibliotecas/UFVJM

S471 Seminário Interdisciplinar em Ciências Humanas. Interdisciplinaridade no Vale do Jequitinhonha: caderno de Resumos. (3 .: 2018 : Diamantina, MG)

III Seminário Interdisciplinar em Ciências Humanas. Interdisciplinaridade no Vale do Jequitinhonha. Caderno de Resumos / Organizado por Ana Cristina Pereira Lage, Adriana Gomes de Paiva, Rogério Pereira de Arruda. Diamantina : UFVJM, 2018.

58 p.

ISBN: 978-85-7045-011-1

Evento realizado pela Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas (PPG-CH) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), no período de 08 a 10 de novembro 2018.

1. Ciências humanas. 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. I. Lage, Ana Cristina Pereira. II. Paiva, Adriana Gomes. III. Arruda, Rogério Pereira de. IV. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. IV. Título.

CDD 300

Bibliotecária: Jullyele Hubner Costa CRB-6/2972

SUMÁRIO

COMUNICAÇÕES COORDENADAS

Simpósio Temático 01:

Mediação: profa. Dra. Aline Faé Stocco

Adriana Rodrigues da Silva.....	07
Amanda Kock.....	08
Antônio Augusto Lopes Neto.....	10
Vinicius Paulino Fidelis.....	12
Heitor Alves Bispo Júnior.....	14
Luana Silva Simões.....	15

Simpósio Temático 02:

Mediação: prof. Dr. Heron Laiber Bonadiman

Jaqueline Aparecida Pereira e Josilene Duarte Nunes Ávila.....	19
Josilene Duarte Nunes Ávila e Jaqueline Aparecida Pereira.....	21
Saymon Lana.....	23
Silvânia Aparecida Rodrigues Martins.....	24
Gilvânia Antunes Meireles.....	26

Simpósio Temático 03:

Mediação: prof. Dr. Atanásio Mykonios

Cristhiane Rejane Malaquias.....	29
Igor Amin Ataídes.....	30
Luciana de Freitas.....	32
Nayane de Souza Viana.....	33
Pedro Abder Nunes Raim Ramos.....	34
Luan Rafael de Oliveira Castro.....	36

Simpósio Temático 04:

Mediação: profa. Dra. Maria de Lourdes Santos Ferreira

Danillo Lisboa.....	39
Denis James Pereira.....	41
Josilene Duarte Nunes Ávila.....	42
Lorena Lage Caldeira.....	44
Luís Felipe Costa.....	46
Victor Augusto de Azevedo Ferreira.....	47

Simpósio Temático 05:

Mediação: prof. Dr. Davidson Afonso Ramos

Camila Andrade dos Santos Canuto.....	49
Landerson Gomes Galvão.....	50
Telma das Dores Pio Fernandes.....	52
Roberto Pilade Gambassi Junior.....	53
Thassio Ferraz Tavares Roque.....	55
Jorge Júnio Gonçalves da Silva.....	56

APRESENTAÇÃO

O *III Seminário Interdisciplinar em Ciências Humanas* dá continuidade aos eventos anteriores, com a intencionalidade de fortalecer o diálogo acerca das pesquisas dos mestrandos do Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas (PPG-CH) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). O evento é aberto para o público em geral e apresentamos neste Caderno de Resumos, não só propostas de comunicações dos mestrandos, mas também de graduandos dos cursos da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da UFVJM.

Com o subtema *Interdisciplinaridade no Vale do Jequitinhonha* propomos refletir sobre o espaço que nos cerca e propiciar ações de valorização de pesquisas acerca desta região. Por outro lado, propomos ainda valorizar o eixo condutor do nosso Programa: a interdisciplinaridade. Assim, ao longo do evento, esperamos que todos possam interagir com diversos campos de conhecimento, as suas interseções, os fios condutores e a abertura para novas aprendizagens.

Desejamos que este *Caderno de Resumos* seja o suporte para as apresentações orais e para o desenvolvimento do diálogo entre as investigações aqui apresentadas. Desejamos que o *III Seminário Interdisciplinar em Ciências Humanas* sirva de incentivo para novos projetos de investigação e contribua para o fortalecimento e desenvolvimento das pesquisas aqui apresentadas.

A Comissão Organizadora

Simpósio Temático I

8 de novembro – 9:30h às 11:30h

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A FEIRA LIVRE DE VEREDINHA – MG

Adriana Rodrigues da Silva
Adriana Gomes de Paiva (Orientadora)

A feira livre de Veredinha, em Minas Geras, é um dos principais pontos de encontro dos moradores do município e serve também como espaço de comercialização e comunicação na localidade. Embora sirva como ponto de comércio, a manutenção dos princípios de solidariedade, confiança, amizade e construção de identidades por parte da comunidade são importantes na dinâmica social local. Diante disso, o projeto pretende identificar as características políticas, culturais, organizativas e econômicas inerentes à prática tradicional da feira livre no município de Veredinha. Também busca analisar as características culturais e simbólicas da prática da economia popular, a influência da Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Veredinha na proposição e acesso às políticas públicas municipais e os principais resultados socioeconômicos gerados pela prática da feira livre na vida dos agricultores familiares feirantes. A pesquisa irá observar com mais detalhes estas temáticas, para entender as estratégias dos atores envolvidos e contribuir ainda para subsidiar a formulação de novas políticas públicas de apoio à agricultura familiar. A metodologia desenvolver-se-á através da observação participante, com entrevistas semiestruturadas, questionários, revisão bibliográfica e análise de documentos institucionais cedidos pela Associação local. Entende-se, pelas informações coletadas até o momento, que a feira livre de Veredinha é um espaço tradicional de geração de renda, substancialmente familiar e que provoca um aquecimento da economia local principalmente aos sábados. Porém, a relação de comércio praticada parece se organizar por outros princípios além do lucro, pois busca manter princípios de solidariedade, confiança e amizade entre as pessoas, construindo identidades por meio desta interação. A organização dos agricultores familiares feirantes através de uma associação municipal, que por sua vez está vinculada a uma rede de economia popular solidária regional, tem garantido o fortalecimento do poder de

negociação e representatividade camponesa nos conselhos municipais, com destaque para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Como resultado prático, as famílias têm sido atendidas por políticas públicas com melhor qualidade, como o transporte feirante semanal, abertura e manutenção das estradas que ligam as propriedades rurais até a sede do município, manutenção do espaço do mercado municipal, cessão de bancas para vendas, acesso aos mercados institucionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar, estabilidade do programa de preparo do solo para a agricultura. Na perspectiva socioeconômica, os feirantes de Veredinha, na medida que se organizam e são assessorados por instituições públicas e da sociedade civil, conseguem ampliar e melhorar a sua produção agropecuária, a sua renda mensal, a infraestrutura de sua propriedade, a moradia e a sua autoestima. Por outro lado, qual seria a dinâmica sociocultural e econômica da feira livre municipal de Veredinha e as suas principais influências na qualidade de vida das famílias agricultoras feirantes e na formulação de políticas públicas? Há ainda uma lacuna de informações sobre os resultados materiais gerados para as famílias agricultoras, inconsistência nas análises sobre a real influência destes sujeitos individuais e coletivos na proposição e conquista das políticas públicas. Existe muito a se evidenciar sobre como o ato de ir à feira livre aos sábados faz parte do modo de vida tradicional dos agricultores de Veredinha. Portanto, esta pesquisa pretende observar com mais detalhes estas temáticas, na perspectiva de potencializar a visibilidade sobre estes sujeitos e sobre suas estratégias. Também tem por objetivo entender as políticas públicas de apoio à agricultura familiar brasileira e ajudar a compreender experiências de economia popular solidária existente no território do Vale do Jequitinhonha e demais regiões do Brasil.

Palavras-chaves: Feira Livre, Agricultura Familiar, Associativismo, Política Pública.

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: uma análise da exploração do trabalho no Vale do Jequitinhonha

Amanda Koch Andrade Farina
Pacelli Henrique Martins Teodoro (Orientador)

Sabe-se que o trabalho passou por diversas transformações dentre as civilizações. Inicialmente considerado desonrante e destinado às classes menos favorecidas, o trabalho foi aos poucos, mostrando-se como um instrumento essencial para se alcançar a

dignidade humana e satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos. Em razão de seu caráter substancial, as premissas para o exercício do trabalho passaram a ser normatizadas, fazendo com que o Estado passasse a ser garantidor e promotor de condições dignas e justas de trabalho, estipulando alguns direitos básicos para o trabalhador, na tentativa de assegurar a existência de tais condições no ambiente de trabalho. No entanto, mesmo havendo normas garantidoras de direitos, ainda nos dias de hoje é comum se deparar com notícias de exploração de mão de obra, sem a observância das condições de trabalho estipuladas por lei, com submissão dos trabalhadores a jornadas de trabalho degradantes e exaustivas, situação esta que, de forma geral, representa o trabalho escravo do século XXI (ALVES, 2009). Segundo o art. 146 do Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940), este estará configurado ainda quando a locomoção do trabalhador for restringida “em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”, bem como se houver o cerceamento do “uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho”, ou, ainda, “vigilância ostensiva no local de trabalho” e retenção “de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de mantê-lo no local de trabalho.” Além da exploração do conceito de trabalho escravo contemporâneo e análise das características que o configuram, será realizada uma contextualização do tema, demonstrando como se dá o trabalho escravo no Vale do Jequitinhonha, por meio de levantamento de dados específicos dessa região. Ademais, faz-se necessário analisar as medidas tomadas pelo Estado na tentativa de combater o trabalho escravo, medidas estas que só começaram a ser providenciadas na década de 1990, graças ao empenho de entidades como a Comissão Pastoral da Terra, o Conselho Indígena Missionário e a Pastoral Operária, que contribuíram na publicidade e nas denúncias da existência da exploração de trabalho escravo, contando com o apoio da Organização Internacional do Trabalho, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e da Ordem dos Advogados do Brasil, fazendo com que o Brasil fosse responsabilizado por violação aos direitos humanos perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e tivesse que elaborar as primeiras políticas públicas voltadas ao combate do trabalho escravo existente na sociedade (BRANDÃO, ROCHA, 2013). Para o desenvolvimento da temática proposta, será utilizado o método histórico, com base em pesquisas bibliográficas e documentais acerca do tema, presentes em livros, artigos, dissertações, planos governamentais, legislações e dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho, tais como o “Cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas a de

escravo”, conhecido como “lista suja”, e o “Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil”, que possui as mais diversas informações sobre o tema, por exemplo, as atividades nas quais, geralmente, esse tipo de trabalho mais se manifesta e o perfil dos trabalhadores explorados.

Palavras-chave: Trabalho escravo contemporâneo, Vale do Jequitinhonha, políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rejane de Barros Meireles. Escravidão por dívidas nas relações de trabalho rural no Brasil contemporâneo: forma aviltante de exploração do ser humano e violadora de sua dignidade. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRANDÃO, André; ROCHA, Graziella. Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 196-204, jul./dez. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Brasília, DF, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de; HATO, Júlio; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2009.

DIÁLOGOS ENTRE TERRITORIALIDADES QUILOMBOLA: processos de desenvolvimento associados a comunidades quilombolas no vale do Jequitinhonha - MG

Antônio Augusto Lopes Neto

André Luís Lopes Borges de Mattos (Orientador)

Existe certo consenso entre o Governo e entre algumas linhas de pesquisas a visão de que os quilombos seriam “grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana e que se autodefine como tal a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias”¹.

Desta forma, essas comunidades quando são pensadas contemporaneamente, frente aos conturbados dilemas, aos conflitos de interesses despertados nos últimos anos com o seu ressurgimento no cenário nacional e a complexidade de suas formas de organização diferenciada em diversos âmbitos pela organização social, carecem de uma abordagem que as valorizem enquanto grupos sociais participantes de um processo de

¹ www.mda.gov.br acesso em 07/09/17

desenvolvimento dinâmico que integra relações de poder, fatores históricos e culturais (SANTOS, 2008).

A presente proposta de pesquisa, busca, a partir do diálogo com outros campos do saber, (re)ligar questões e saberes muitas vezes situados de forma separada, tanto espacialmente quanto idealmente. O que nos leva a crer que o trabalho de revisitar e principalmente refletir sobre algumas questões de grande importância para a transformação das condições (sub) humanas a que muitas vezes nos encontramos sujeitos, pode funcionar como uma estratégia promissora, que é a de buscar discutir usos e abusos do território visando construir um “conhecimento prudente para uma vida decente”.

A identidade e o território são dois conceitos que historicamente foram trabalhados por tradições disciplinares diferentes e normalmente abordados de forma separada ou pouco dialógica. Pretendemos justamente dar continuidade ao fortalecimento dos debates que tem sido construído em torno destas questões, entre outros autores, por Rogério Haesbaert (1999) ao tratar das identidades associadas às territorialidades, enquanto manifestações da cultura presente no espaço. O autor demonstra a necessidade que as identificações têm em relação às bases materiais e históricas, formadoras do território, assim como este também está situado nessa relação combinada com a formação das identidades. Nesse sentido, constata-se a existência de identidades territoriais, construídas a partir de processos de identificação social que tem o espaço geográfico como fundamental na relação, e se dá tanto no campo simbólico, imaterial, quanto no da realidade concreta.

Ao se propor abordar também a ideia de desenvolvimento, este trabalho assume alguns riscos e principalmente a grande responsabilidade de buscar constantemente discernir o que pode ser considerado científico e o que é mero discurso, carregado de ideologias. A temática desenvolvimentista incorpora várias dimensões, tais como a econômica, social, ambiental, entre outras. Uma dimensão de inegável importância, mas ainda carente de ser melhor explorada, é a cultural, ainda mais quando se trata de territórios historicamente segregados como as comunidades quilombolas, justamente o recorte que este trabalho se propõe a explorar.

A proposta de trabalho, portanto, é buscar minimamente ampliar a discussão e as formas de abordar o desenvolvimento de espaços rurais específicos. Busca-se enriquecer a abordagem acrescentando a dimensão cultural à análise do desenvolvimento de forma integrada, relacionando ao processo as questões das identificações, das territorialidades,

das identidades territoriais enquanto manifestações culturais presentes no espaço. Nesse sentido este trabalho propõe realizar um estudo de caso que possa funcionar como uma tentativa de diálogo a partir da interpretação do contexto de desenvolvimento no qual comunidades quilombolas se encontram.

É necessário nos remetermos à abordagem de Favaretto (2007) levando em consideração que o desenvolvimento deve ser pensado enquanto um processo em curso que se relaciona e depende diretamente de outros processos sociais. Dois processos serão privilegiados nessa abordagem, por suas especificidades, seus inter-relacionamentos, sua importância no cenário acadêmico e político, frente às discussões até aqui construídas. Os processos de (re)africanização e de multiterritorialização.

Amparado pelas teorias científicas aliadas a uma abordagem que visa rediscutir estas teorias à luz da pesquisa participante, interpretando de que forma processos complexos associados à identidade e o território, tais como a (re)africanização e a multiterritorialização, são compreendidos e vivenciados no processo de reprodução das comunidades tradicionais quilombolas, o trabalho acredita na possibilidade de construir junto com os sujeitos da pesquisa, entre outras coisas, uma interpretação mais afinada com as identificações e territorialidades, a partir das representações coletivas das comunidades.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas, territorialidade, identidade.

CONFLITOS RELACIONADOS AOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO: O CASO DE GRÃO MOGOL/MG

Vinicius Paulino Fidelis

No Brasil, sempre é associado ao discurso do desenvolvimento, os grandes empreendimentos, aos quais sempre é atribuído a função de proporcionar o desenvolvimento para aquela determinada área, onde está sendo instalada, assim como, para as regiões próximas. Seguindo este pressuposto, o vale do Rio Jequitinhonha recebeu inúmeros projetos de desenvolvimento, nos mais variados seguimentos.

Nesse sentido, o presente trabalho constitui parte da pesquisa em andamento, que objetiva avaliar se, de fato, grandes empreendimentos proporcionam o desenvolvimento econômico e social e quais impactos e conflitos podem ser identificados na região onde estão inseridos. No entanto, com intuito de poder viabilizar a pesquisa, será delimitado

como objeto de estudo apenas o município de Grão Mogol/MG. No entanto, acredita-se que os resultados encontrados ao longo desta pesquisa, poderão ser utilizados como meios de corroborar com outras pesquisas em andamentos, em outras áreas do vale do Rio Jequitinhonha, ou até mesmo, para além do estado de Minas Gerais.

O município de Grão Mogol apresenta a concentração de diversos empreendimentos tais como: a mineração (Sul Americana de Metais); a geração energética por meio de usinas hidrelétricas, principalmente a Usina de Irapé e a monocultura de eucalipto. Todos estes megaempreendimentos foram instalados tendo como um atribuído de peso, que é o desenvolvimento que proporcionam para a região.

Devido à grande quantidade de empreendimentos localizados no município e o discurso do desenvolvimento, é de se esperar que a qualidade de vida da população seja destaque na região, e também, fonte de exemplo para implementação de empreendimentos em outras regiões.

No entanto, de acordo com o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total do município era de 15.024, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0.604, no referido ano. Sendo assim, o município ocupa a posição número 4.055^o dos 5.565 municípios brasileiros que compõe todo o IDHM.

Ao observar o IDHM de Grão Mogol/MG, podemos inferir que ele se encontra em um nível considerado médio (IDH médio entre 0,600 e 0,699), o que aparentemente não confirma o discurso de que grandes empreendimentos estão atrelados ao desenvolvimento.

Porém, no município em questão, surge uma nova proposta de desenvolvimento, no entanto, agora de fato, pautada na participação popular. O convênio de cooperação técnica-científica entre a CEMIG Distribuição S.A; CEMIG Geração e Transmissão S.A; Associação Estadual de Desenvolvimento Ambiental e Social; Axxiom Soluções Tecnológicas; EFFICIENTIA S.A. e a Sociedade Mineira de Cultura, possibilitará que o Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, vinculado à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, participe no projeto “Veredas Sol e Lares”.

O projeto “Veredas Sol e Lares” poderá permitir o desenvolvimento econômico e social, a partir da participação popular na geração de energia fotovoltaica, sendo, talvez, uma nova forma de proporcionar de fato o desenvolvimento da região onde atuará o projeto.

Diante de tudo aqui brevemente exposto, o município de Grão Mogol desperta grande interesse, devido à quantidade e diversidade de empreendimentos que são encontrados nos limites de seu território, sendo, portanto, o foco de estudo desta pesquisa.

Palavras-chave: Projeto Veredas Sol e Lares, Grão Mogol, desenvolvimento.

LUGARES E GENTES: as relações entre pessoas, paisagens e Arqueologia em Felício dos Santos, Alto Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais – (2010-2018)

Heitor Alves Bispo Júnior
Marcelo Fagundes (Orientador)

Este trabalho, vinculado à pesquisa que venho desenvolvendo no Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFVJM, objetiva a compreensão das relações socioculturais entre população e paisagens em Felício dos Santos, Minas Gerais, no período de 2010 a 2018. Para tanto, são traçados três objetivos: A) entender como os habitantes percebem e interpretam o ambiente circundante; B) apontar e compreender quais as formas de interação com as paisagens locais; e C) identificar quais as ações para a defesa dos patrimônios arqueológicos. Vale dizer que o trabalho é de uma pesquisa interdisciplinar, portanto, a metodologia científica empregada é diversificada e centra-se no estudo de campo com entrevistas e questionários elaborados; consultas aos arquivos (públicos e privados) para coleta e estudo de documentos sobre o assunto; revisão bibliográfica e participação em escavações arqueológicas junto ao Laboratório de Arqueologia e Estudos da Paisagem - LAEP. Do ponto de vista teórico-conceitual ancoramos nas concepções sobre memória, identidade e patrimônio vinculando as discussões concernentes à “paisagem”. Em Arqueologia o conceito de paisagem é bastante polissêmico, contudo, o concebemos como um “construto humano” produzido no tempo e espaço e sujeito a modificações e transformações por diversificados agentes. Então, de forma sintética entendemos que paisagem é “uma construção cultural que envolve aspectos dinâmicos da natureza e da cultura” não se delimitando aos espaços geográficos. Com isso percebemos que nas paisagens de Felício dos Santos há redes inter-relacionais tramadas pelas comunidades em sintonia com seus ambientes. Vale frisar que a paisagem rupestre local compõe-se de muitos abrigos arqueológicos com painéis rupestres nos quais os atuais moradores reutilizam, ressignificam e estabelecem algum tipo de relação; esses lugares são, portanto, recintos onde a memória é

alimentada e tornam-se pontos criadores de identidades. De certo modo isso implica nas discussões sobre a valorização da memória e história do município. Conforme José Reginaldo Gonçalves (2015), “a emergência em defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público” dos bens patrimoniais “significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural” da população em estudo. Embora o executivo municipal tenha desenvolvido mecanismos de salvaguarda do patrimônio cultural - sobretudo edificado - pouco tem sido feito para a preservação dos sítios e artefatos arqueológicos da comunidade. Como resultado, encontramos inúmeras maneiras da população interagir e interpretar as paisagens que os cercam. Identificamos que laços identitários têm sido construídos a partir do contato dos atuais moradores com os lugares ocupados pelos seus ancestrais. Entendemos que a paisagem para os felissantenses tem múltiplos usos, portanto, são carregadas de sentidos e significados, desde campos de pastagens e esconderijos de animais, a ambientes sagrados, sombrios, místicos, como, também, pontos de pouso para boiadeiros, tropeiros, caminhantes, apanhadores de sempre-viva, demais outros. Grande parte dos abrigos rupestres foram (e ainda são) reocupados e conseqüentemente ressignificados pelos moradores. Sobre as ações preservacionistas ficou nítida que as investidas da Prefeitura resumem-se apenas à aplicação de algumas políticas patrimoniais educativas na Escola Municipal. De outro lado, a equipe do LAEP tem trabalhado arduamente com ações socioeducativas direcionadas à população no sentido de conscientizá-la e demonstrar os estudos feitos na região. Em linhas gerais, este trabalho, ainda em andamento, tem revelado como as relações socioculturais nessa Comunidade são complexas vistas sob a ótica interdisciplinar, mas ficou explícito que para compreendê-las devemos interpretar o universo de sentidos e significados dados pela própria população atual.

Palavras-chave: Arqueologia, patrimônio, Felício dos Santos, paisagem.

ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA PARA ACESSO À GERAÇÃO DISTRIBUÍDA DE ENERGIA: UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO NO SEMIÁRIDO MINEIRO

Luana Silva Simões
Davidson Afonso de Ramos (Orientador)

A presente pesquisa visa analisar aspectos do cooperativismo de geração distribuída de energia no Brasil, seus desafios e suas perspectivas para o futuro. A geração distribuída

compreende a geração de energia adjacente aos centros de carga, permitindo a redução no valor da conta de luz do “*prosumidor*” (produtor/consumidor), através do sistema de compensação de energia. A disseminação desse modelo no setor elétrico nacional, a partir da utilização de fontes renováveis, apresenta-se como questão de política pública, alicerçada nas transformações tecnológicas e socioambientais que indicam novos caminhos para o consumidor e sua vinculação com a energia, além de permitir uma maior diferenciação da matriz energética nacional. A Resolução Normativa nº 482/12 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – (revisada pelas Resoluções Normativas nº 687/15 e 786/17) inaugura o sistema de compensação de energia elétrica e apresenta o regramento geral acerca da mini e microgeração distribuída, trazendo diferentes possibilidades para tanto: consumo junto à carga, autoconsumo remoto, empreendimentos com múltiplas unidades consumidoras e a geração compartilhada. A geração compartilhada permite que diferentes atores se reúnam para gerar sua própria energia, em local diverso de onde estão situadas as unidades consumidoras (mas dentro da mesma área de concessão ou permissão) e, assim, alcançar a redução no valor de suas faturas de energia. Dentre os esquemas associativos possíveis para instrumentalizar a geração compartilhada temos os consórcios e as cooperativas. Conforme dados disponíveis no site da OCB e da ANEEL, hoje existem mais de oitenta cooperativas no Brasil que já produzem sua própria energia, através da geração distribuída. No entanto, o cooperativismo de geração compartilhada ainda é tema incipiente, sendo que, desde a instituição desse sistema, foram criadas apenas seis cooperativas especializadas na geração distribuída fotovoltaica no país, pelo modelo de geração compartilhada. Destaque-se que os mecanismos regulatórios do cooperativismo não foram idealizados para esse modelo, sendo regulado, essencialmente, por uma lei da década de 1970 (Lei nº 5.764/71) e pelo Código Civil, o que é um desafio a ser enfrentado. Assim, uma investigação da normativa jurídica do cooperativismo de energia renovável no Brasil permite avaliar as perspectivas e desafios desse modelo na atualidade, estimar os impactos potenciais de empreendimentos desta natureza, bem como ponderar sobre a necessidade de mudanças. Ademais, a partir do estudo do cooperativismo como um potencial a ser explorado na inclusão e democratização do acesso aos sistemas de distribuição e compensação de energia elétrica, é possível discuti-lo como uma alternativa para o desenvolvimento local e sustentável. Essa discussão é extremamente benéfica para a sociedade, considerando os resultados potencialmente favoráveis da escolha por estruturas compartilhadas. Como forma de delimitar o objeto da pesquisa,

propõe-se que a análise seja feita a partir da experiência em construção no Projeto “Veredas Sol e Lares – Uma Alternativa para o Múltiplo Aproveitamento Energético em Reservatórios de Usinas Hidrelétricas na Região do Semiárido Mineiro”, da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), que está sendo executado em parceria com o Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, vinculado à UFMG. O referido Projeto surge com a proposta de realizar um experimento de hibridização de geração de energia, com a instalação de uma usina solar fotovoltaica flutuante na PCH Santa Marta, localizada em Grão Mogol/MG. Pretende-se que a instalação, operação e manutenção da usina seja feita diretamente pelos consumidores beneficiados, sendo necessário, para tanto, desenvolver uma metodologia de participação social. A organização cooperativa para acesso à geração distribuída surge, neste contexto, como forma legal de viabilizar a participação dos consumidores no processo de geração e distribuição de energia. Logo, um estudo inicial sobre o cooperativismo de energia renovável auxiliará no acompanhamento da formação e funcionamento da cooperativa a ser desenvolvida no âmbito do Projeto Veredas. Fato é que muito ainda há que se estudar e debater a fim de se materializar um sistema viável e eficiente, dada a riqueza e profundidade da temática. Assim, busca-se, tão somente, contribuir para o êxito da experiência do Projeto Veredas e, quem sabe, estabelecer as bases para que esforços similares possam ser empreendidos com sucesso.

Palavras-chave: Projeto Veredas, Semiárido Mineiro, geração de energia.

Simpósio Temático II

8 de novembro – 14:00h às 16:00h

A APRENDIZAGEM DO OFÍCIO DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO EM UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Jacqueline Aparecida Pereira
Josilene Duarte Nunes Ávila
Heron Laiber Bonadiman (Orientador)

O objetivo do texto foi problematizar a aprendizagem do ofício de professor universitário numa perspectiva interdisciplinar, realizada no Mestrado Profissional Interdisciplinar em Humanidades. Parte-se da premissa que as pesquisas em educação podem possuir como principal característica a interdisciplinaridade, uma vez que o campo educacional possui objetos que requerem olhares diversificados, dada a sua complexidade que advém da natureza do campo da educação que, ao mesmo tempo, comporta várias abordagens de diferentes áreas que dialogam entre si.

A conceituação de interdisciplinaridade tem definições múltiplas, conceitos variados. De acordo com Fazenda (2008), a interdisciplinaridade “é atitude, numa ação que requer investigação epistemológica, uma nova atitude diante da questão do conhecimento, exigindo uma prática profunda no trabalho cotidiano”.

Na educação superior é demandado cada vez mais saberes diversificados que se complementem e propiciem novos olhares sobre os objetos de pesquisa. A docência no ensino superior, mais especificamente, requer um amálgama de saberes oriundos da experiência, dos currículos, das disciplinas e da formação pedagógica (TARDIF, 2012). Trata-se, ainda, de ação complexa. De acordo com Cunha (2010), uma das referências teóricas para a pesquisa desenvolvida, os professores do ensino superior

...terão de dominar o conhecimento disciplinar nas suas relações horizontais, em diálogo com outros campos que se articulam curricularmente. Precisarão ler o contexto cultural de seus estudantes, muitos deles com lacunas na preparação científica desejada. Terão de construir sua profissionalidade, isto é, definir estilos de docência em ação, revelando valores e posições políticas e éticas. Atuarão

definindo padrões de conduta e construirão uma representação de autoridade que se quer dialógica e legitimada. (p. 190)

Os professores do ensino superior são confrontados em suas práticas sociais, seja na seleção de conteúdos e planejamento do ensino, seja pelos seus pares na representação social dos seus saberes. Dessa forma, a docência como uma prática social deve estar em constante busca por formação e desenvolvimento de competências específicas para atuar.

Com tais premissas, a pesquisa desenvolvida no programa de mestrado aqui descrita busca responder as seguintes indagações: como os professores universitários aprendem a ensinar? Esse processo ocorre de modo semelhante nos diferentes campos do conhecimento? Para responder às indagações, lançou-se mão de diferentes perspectivas teóricas provenientes das Ciências da Educação, da Sociologia e da Psicologia. O diálogo que se pretende estabelecer entre as disciplinas pretende problematizar de modo adequado as questões de pesquisa.

Desse modo, partindo da aprendizagem da docência como ação complexa, o enquadramento levará em consideração o campo disciplinar de formação do professor universitário, as primeiras experiências em sala de aula do ensino superior, a influência de orientadores e professores de referência, as concepções de ensino relatadas e os saberes pedagógicos compartilhados na instituição de ensino. Metodologicamente, pretende-se compreender a aprendizagem da ação pedagógica dos professores com entrevistas e observação em sala de aula.

Enfim, os dados da pesquisa demandarão tratar o ofício do professor como ato complexo, que sofre influência de diferentes atores sociais e necessita, desse modo, da contribuição de diferentes campos do conhecimento para ser compreendido.

Palavras-chaves: Interdisciplinaridade, Educação Superior, Docência.

PERCEPÇÕES DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO EM UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Josilene Duarte Nunes Ávila
Jacqueline Aparecida Pereira
Heron Laiber Bonadiman (Orientador)

Este trabalho abordará as características interdisciplinares presentes no projeto de pesquisa intitulado: O PROCESSO DE INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS. Segundo Sommerman (2006, p. 29 apud FAZENDA, 2008), a palavra interdisciplinaridade tem-se constituído como um termo polissêmico e desde a década de 1960 vários estudiosos vêm buscando definir a interdisciplinaridade em uma unidade conceitual. Sendo assim, consideremos para esse trabalho a descrição de Zabala (2002, p. 33) como sendo “a interação entre duas ou mais disciplinas, que podem implicar transferências de leis de uma disciplina a outra, originando, em alguns casos, um novo corpo disciplinar [...]”.

Desenvolvida na linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, sublinha: Ensino Superior, Formação de professores e Análise Institucional, a pesquisa tem como objetivo geral compreender o processo de Inclusão na perspectiva dos professores universitários da UFVJM. Para atender a esse objetivo pretende-se caracterizar os professores da UFVJM e o seu trabalho, caracterizar a acessibilidade na UFVJM e os casos de inclusão de pessoas com deficiência na instituição e analisar como os professores universitários recebem os estudantes com deficiência na UFVJM e quais as ações despendidas por eles para contribuir com o processo de inclusão desses discentes.

Para caracterizar os professores e seu trabalho será considerado os estudos de Maurice Tardif, Maria do Céu Roldão, Maria Isabel da Cunha e Selma Garrido Pimenta que trabalham com conceitos de profissionalidade, saberes e formação docente. Será aplicado um questionário semiestruturado para todos os professores (ainda será analisado se serão para todos ou para um grupo) da UFVJM com o intuito de identificar esses profissionais, caracterizá-los e saber quais já experienciaram o processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

Serão averiguados os casos de inclusão de pessoas com deficiência na UFVJM através de dados contidos no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NACI. Com esses dados,

pretendemos, além de caracterizar cada caso de inclusão, e as ações despendidas pelo núcleo para favorecer o acesso e permanência desses acadêmicos, identificar os cursos que esses alunos estão e, conseqüentemente, os docentes que já lecionaram para essas pessoas. Com essas informações somadas aos dados obtidos com o questionário, poderemos criar critérios para a seleção de certo número de docentes, sendo metade docentes que nunca lecionaram para alunos com deficiência e a outra metade profissionais que já trabalharam com esse público.

A partir dessa identificação, pretende-se fazer entrevistas com esses professores com o objetivo de conhecermos um pouco mais sobre a forma que eles compreendem o processo de inclusão de alunos com deficiência na UFVJM através da análise do conteúdo de seus discursos. Pretende-se também saber como esses docentes os recebem e quais as ações despendidas por eles que contribua com o desenvolvimento acadêmico desses alunos.

Com essa pesquisa conheceremos, através da análise da representação docente, o processo de inclusão de pessoas com deficiência, como os docentes da UFVJM enxergam esse processo, quais suas angústias, experiências e saberes. Com esses dados será possível pensar meios que proporcionem maior suporte aos docentes da instituição, para que barreiras atitudinais, comunicacionais, dentre outras, sejam superadas e os alunos com deficiência se sintam acolhidos e seguros da garantia de seu direito de uma educação de qualidade.

Pensar no processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior pela perspectiva do docente, além de ser interdisciplinar, por comportar a diversidade disciplinar da universidade, está presente também por possibilitar uma análise de saberes que dialogam, podendo ser identificado, aqui, o fio condutor que une esses saberes. Esse fio condutor pode ser uma estratégia de adaptação de metodologias, um medo e insegurança frente ao diferente, uma rejeição de sua responsabilidade na inclusão desse público, uma postura compassiva.

Palavras-chaves: Interdisciplinaridade, Inclusão, NACI, docência superior.

O USO DO GOOGLE EARTH COMO INSTRUMENTO DE ENSINO DE CARTOGRAFIA

Saymon Lana

Este trabalho é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização /Programa de Pós-Graduação *Latto Senso* em Ensino de Geografia/ UFVJM. Tal trabalho apresenta a proposta de se trabalhar o ensino de Cartografia nas aulas de Geografia no ensino básico, através do uso de tecnologias, especificamente o *software Google Earth®*. A evolução tecnológica possibilitou que grande parte da sociedade ampliasse o acesso à informação a partir dos recursos tecnológicos, deixando de lado a ideia que a escola é o único espaço para a construção do ensino e aprendizagem destaca-se, o ensino de Geografia, que, por ser uma ciência que abarca diversos conteúdos e conhecimentos a sala de aula pode ser limitada no quesito de proporcionar o contato direto com os temas que esta ciência oferece. Partiu-se da hipótese de que este *software* pode ser uma forma de auxílio no processo de ensino-aprendizagem, de forma a aproximar a vida cotidiana do estudante e as noções cartográficas, contribuindo para a compreensão da dinâmica espacial. Os objetivos do trabalho foram elencar os recursos que o *Google Earth®* oferece para o professor trabalhar os conteúdos de Cartografia e estimular o uso de tecnologias como mediadores na produção do conhecimento geográfico. O procedimento metodológico foi realizado com intuito de destacar funções que o *software* apresenta, como instrumentos didáticos para a construção do ensino e aprendizagem em Geografia, especificamente os conteúdos de Cartografia. A análise foi realizada através de uma revisão de literatura, de autores que correspondem ao campo do ensino de Geografia e as noções de Cartografia, com a finalidade de construir um referencial teórico/conceitual que sustente a análise. Posteriormente, foi realizada uma análise qualitativa dos recursos disponibilizados pelo *software* que podem contribuir para o ensino de Geografia. Como resultado, identificou-se dez recursos disponíveis no *Google Earth*: 1) Simulador de Voo, 2) Topografia, 3) Régua, 4) Orientação, 5) *Google sky*, 6) Regulador de *Zoom*, 7) Adicionar Marcadores, 8) Adicionar Polígonos, 9) Adicionar Caminho, 10) GPS). Três destes recursos (Regulador de *Zoom*, Orientação, e Adicionar Caminho) foram elencados como recursos relevantes para se trabalhar os conteúdos de Cartografia. Pode-se concluir que o uso das tecnologias contribui para a construção do ensino de Geografia, por disponibilizar recursos que podem auxiliar nas práticas metodológicas docentes e oferecer novas formas de ensinar e aprender nas aulas

de Geografia, destacando os temas de Cartografia. O *Google Earth*® apresentou recursos com relevantes potenciais que podem ser apropriados pelo professor em sala de aula, como instrumentos didáticos para auxiliar as práticas docentes no ensino de Geografia, em conjunto com os métodos tradicionais de ensino, como forma de aprimorar o ensino desta ciência. O *Google Earth*® pode ser usado para ajudar o professor a mediar os conteúdos de Cartografia e levar o aluno a construir uma visão de mundo mais dinâmica e integrada. Além disso, tal recurso pode ser uma nova metodologia para o ensino de Geografia, que pode contribuir para o desenvolvimento do aluno como sujeito atuante, ou seja, é uma possibilidade de aliar métodos tradicionais de aprendizagem com recursos tecnológicos, de forma a aprimorar efetivamente o processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chaves: Novas tecnologias, *Google Earth*®, Cartografia Escolar, Ensino de geografia.

INTERDISCIPLINARIDADE NO PROJETO: “VISÃO DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE O TRABALHO PEDAGÓGICO NAS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE”

Silvânia Aparecida Rodrigues Martins

Esta pesquisa aponta como a interdisciplinaridade surge na investigação intitulada “Visão das professoras de educação infantil sobre o trabalho pedagógico nas relações de gênero e sexualidade”, que é parte do Mestrado em Ciências Humanas da UFVJM, orientada pelo Prof. Dr. Sandro Vinícius Sales dos Santos. O objetivo geral é analisar as visões das professoras de Educação Infantil sobre o trabalho pedagógico que envolve as relações de gênero e sexualidade com crianças de 5 anos. A metodologia se desenvolverá a partir dos seguintes passos. Haverá uma amostra composta por professores da Escola Municipal de Educação Infantil Prof. Célio Hugo Alves Pereira, de Diamantina (MG) que trabalham com crianças de 5 anos. O procedimento contemplará o grupo focal, que é uma técnica de produção e dados de pesquisa social, que reúne um grupo de pessoas selecionadas para discutir e comentar o tema pesquisado. Permite a troca de conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações (GATTI, 2012). Optou-se por uma pesquisa qualitativa, pois esta permite analisar casos concretos, partindo das expressões e atividades dos indivíduos nos seus

contextos locais (FLICK, 2007). Espera-se contribuir no debate sobre o processo de socialização e de educação para a sexualidade de crianças nas instituições de educação infantil. A interdisciplinaridade na pesquisa ocorre, segundo Zabala (2002), na interação entre disciplinas, que podem comunicar ideias ou integrar contextos. Ela não é apenas um trabalho de equipe, mas também individual, pois é um ponto de cruzamento entre atividades com lógicas diferentes (LEIS, 2005). Para viver a Interdisciplinaridade é preciso respeitar as diferenças, ter uma atitude não preconceituosa e considerar que todo conhecimento é importante (FAZENDA, 2011). Este Projeto visa integrar várias áreas do conhecimento (educação infantil, sexualidade e gênero), enquadrando-se como Interdisciplinar. Em relação à educação infantil e história, entende-se que a educação infantil frequentemente é vista como cuidados com crianças de 0 a 5 anos. Poucos a reconhecem como um espaço de educação, pois, historicamente, ela foi criada nas bases do assistencialismo e permaneceu assim durante anos, ficando excluída das políticas educacionais e surgindo de duas formas: a creche, para os menos favorecidos; e os Jardins de Infância para as classes média e alta (AGUIAR, 2016). Quanto à relação entre educação infantil, política e legislação, compreende-se que a Constituição de 1988 democratizou a educação. A Educação Infantil desvincula-se das Secretarias de Assistência Social e passa para as Secretarias de Educação (AGUIAR, 2016). Mas só com a LDB (1996), ela é definida claramente e entra no sistema educacional. Em 1998, com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, surge uma orientação para o trabalho das instituições destinadas à educação infantil (SANTOS, 2009). A Educação Infantil foi se transformando e as novas DCNs a estabelecem (BRASIL, 2010): “(...) a primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade (...)”. Quanto à discussão sobre sexualidade e infância, o livro “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”, Freud (2016 [1905]) surpreendeu a comunidade científica ao dizer que as experiências sexuais infantis contribuem para o comportamento do adulto e que as tendências sexuais se originam de impulsos instintivos, objetivando prazer. Ao desafiar a ideia de que a criança era uma criatura pura e inocente, é considerado revolucionário e até ofensivo. Freud afirma que o instinto sexual não surge na puberdade, pois as manifestações sexuais infantis revelam traços do instinto sexual. Ele informa que a vida sexual das crianças se manifesta de forma observável por volta dos três ou quatro anos. A sexualidade nos acompanha ao

longo da vida, num conjunto de tudo que se ouve, vê, sente e recebemos da família, escola, comunidade e cultura (SCHINDHELM, 2011). Como cada um expressa sua sexualidade, traduzida por seus valores, opiniões e sentimentos, o educador nunca estará isento ao defrontar-se com as experiências e as curiosidades das crianças. Assim, a sexualidade faz parte dos sujeitos, está na escola e não pode ser desligada (LOURO, 2008). Dessa forma, conclui-se que o projeto apresenta grande característica interdisciplinar. A área de educação é interdisciplinar, pois o processo de aprendizagem envolve aspectos culturais, sociais, antropológicos, psicológicos, entre outros.

Palavras-chaves: Interdisciplinaridade, Gênero, Sexualidade, Educação.

AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO DE ALUNOS QUILOMBOLAS: ACESSO, PERMANÊNCIA E PERSPECTIVAS

Gilvania Meireles
Adriana Gomes de Paiva (Orientadora)

A discussão sobre o papel das ações afirmativas para o acesso ao ensino superior é bem ampla, contudo, a temática torna-se ainda mais complexa considerando alunos quilombolas. Diante disso, o projeto de pesquisa de caráter qualitativo na forma de um estudo de caso, surge da necessidade de se investigar a forma de acesso, o desempenho, a permanência e as perspectivas de um grupo de 14 alunos de comunidades quilombolas matriculados nos cursos superiores de Gestão Ambiental e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas em uma instituição federal de educação, ciência e tecnologia na cidade de Araçuaí, através de cotas raciais. O acesso da população negra ao ensino superior ainda é um grande desafio. Esse desafio torna-se ainda maior quando discutimos a questão dos alunos quilombolas. A população quilombola é uma demonstração de resistência social, política e cultural. Considerando a educação como um direito de todos, os quilombolas lutam para garantir além do acesso, as condições de permanência, bom aproveitamento e também um processo de escolarização que considere sua identidade, sua cultura, sua história e seus valores. Na luta pela garantia dos direitos, as ações afirmativas aparecem como uma forma de promover o acesso à educação, especialmente o ensino superior marcadamente excludente em nosso país, a um grupo que sempre esteve à margem dos processos, numa completa condição de exclusão. São políticas focais, destinadas a grupos específicos que buscam uma compensação por uma perda sofrida durante muito tempo. Essa compensação, contudo,

não pode ser realizada de forma a se cumprir meras formalidades de inserção de diferentes grupos sociais, raciais e étnicos em diversos espaços. A coleta de dados se dará através de questionários, entrevistas semiestruturadas e portfólios. É preciso que nas políticas de acesso e permanência dos alunos quilombolas esteja claro que deve ocorrer uma igualdade de oportunidades sem apagamento de identidade histórica e de suas diferenças como qualquer outro grupo.

A pesquisa estará ancorada em reflexões teóricas sobre políticas públicas e suas interfaces com as ações afirmativas, a legislação vigente que respalda essas ações, assim como a compreensão dos quilombolas como sujeitos protagonistas no processo de aprendizagem perpassado por desafios e perspectivas. Apresenta os seguintes objetivos: identificar a contribuição das ações afirmativas no ensino superior no que tange ao acesso, permanência e perspectivas de alunos quilombolas; identificar as ações afirmativas relacionadas ao ingresso e permanência dos alunos quilombolas nos cursos superiores de um Instituto Federal do norte de Minas Gerais, Campus Araçuaí; identificar e refletir sobre os entraves e dilemas para permanência dos alunos quilombolas no ensino superior; compreender e refletir sobre as perspectivas dos alunos com relação ao seu futuro; analisar e refletir sobre a forma como os alunos quilombolas se veem, se sentem enquanto alunos do ensino superior frente às suas comunidades e às ações afirmativas. Espera-se que a realização da pesquisa contribua para um maior envolvimento do Instituto Federal de Educação do Norte de Minas Gerais, Campus Araçuaí nas ações de acompanhamento dos estudantes quilombolas, tendo assim subsídios para a realização de atividades de intervenção que possibilitem o crescimento acadêmico e profissional desses estudantes. Além disso, esse trabalho poderá contribuir para a compreensão do papel das políticas públicas e sua relação com a história dos sujeitos mostrando as perspectivas de vida fomentadas por elas e as possibilidades de transformação social, cultural e econômica dos sujeitos envolvidos.

Palavras-chaves: Ação Afirmativa, Quilombolas, Ensino Superior.

Simpósio Temático III

8 de novembro – 14:00h às 16:00h

O ATO COMUNICATIVO: UMA AFIRMAÇÃO DOS CORPOS E DOS INCORPORAIS

Cristhiane Rejane Malaquias
Gustavo Henrique Rückert (Orientador)

O presente texto propõe uma análise do conceito de expressão pelo viés da filosofia da linguagem e da teoria da comunicação. Sob a perspectiva de que não há linguagem sem *atos incorpóreos* (o "expresso" nos enunciados), e de que não há ato incorpóreo que não seja *sentido de força*, importa refletir qual a relação entre o conceito de expressão e o problema envolvido no ato imanente da linguagem. Este problema é tanto ontológico quanto lógico, os quais serão analisados à luz da filosofia da diferença de Gilles Deleuze, sobretudo na obra "Espinosa e o Problema da Expressão" (2017), com vistas à abordagem de uma ontologia da expressão; bem como na obra "Lógica do Sentido" (2015), com vistas à abordagem de uma lógica da expressão, sem, contudo, deixar de explorar os outros textos do autor que abordam a questão. A importância do tema está na consideração do ato da linguagem, na filosofia da linguagem, estar referido ao processo de individuação; e da individualidade, na teoria da comunicação, como *condição* para o processo comunicativo. Do ponto de vista social, o debate contemporâneo sobre a linguagem e a comunicabilidade passa necessariamente pelo conceito de expressão, uma vez que *este* diz respeito à multiplicidade e não à identidade, operando com linhas de singularização e não com linhas de representação. É em torno desse problema que as definições de linguagem e comunicação, em seus conceitos primitivos, poderiam ser articuladas em linha com a ideia de *campo afetivo*, relativo a *corpos* e *acontecimentos*, e não com a ideia de campo representativo, relativo a códigos e significações. "Os estoicos foram os primeiros a elaborar a teoria dessa independência: eles distinguem as ações e as paixões dos corpos (dando à palavra "corpo" a maior extensão, isto é, todo o conteúdo formado), e os atos incorpóreos (que são o "expresso" dos enunciados). A forma de expressão será constituída pelo encadeamento dos expressos, como a forma de conteúdo pela trama dos corpos." (Deleuze; Guattari, Mil Platôs, 2017).

Tal paradoxo anunciaria, de acordo com as considerações envolvidas, que tanto a linguagem quanto a comunicação, em seu *uso* não ordinário, prescindiriam da noção intrínseca de indivíduo, ou seja, o *eu*; assim como de sua contraparte, a noção extrínseca de indivíduo, ou seja, o *outro*; visto que, de um lado, a expressão manifestaria o Uno no múltiplo; e, de outro, a expressão múltipla envolveria o Uno. Portanto, com base em Espinosa e Deleuze, o presente texto ensaia afirmar o ato imanente da linguagem como um agenciamento coletivo de incorporais (*enuncia-ação*), bem como ensaia propor o ato imanente da comunicação como um agenciamento coletivo de corpos (*comum ação*), já que ambos deve dar conta do caráter social da expressão.

Palavras-chave: teoria da expressão, lógica do sentido, teoria da comunicação, filosofia da linguagem, agenciamento coletivo de enunciação.

A EDUCAÇÃO DO OLHAR: A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES POR MEIO DO AUDIOVISUAL

Igor Amin Ataídes
Fernanda Valim C. Miguel (Orientadora)

Apresentaremos, nesta comunicação, as propostas iniciais da pesquisa de mestrado em andamento “A descolonização do olhar sobre as infâncias: o audiovisual como dispositivo para construção de identidades”, interessada em pensar a relação entre a educação, a cultura da infância e a produção de narrativas audiovisuais a partir de uma perspectiva interdisciplinar, interessada na potencialidade de se pensar esses saberes articulados com questões de identidade, alteridade e subalternidade. A partir de uma seleção dos vídeos realizados pelo projeto “O que queremos para o mundo?”, nas cidades de Luanda, Angola, Cataguases (MG), Diamantina (MG) e Cuiabá (MT), constatamos que a câmera funcionava como uma espécie de espelho, um dispositivo de identificação das crianças no mundo. O projeto surge em 2014 com essa simples pergunta que já foi feita para mais de 3.000 crianças no Brasil e em outros cantos do mundo, como na Índia, na África e Europa, através das lentes de uma câmera, oficinas em escolas, exposições audiovisuais, instalações multimídia, produção de filmes educativos dentro do projeto Transmídia “O que queremos para o mundo?” (www.oquequeremosparaomundo.com.br). Transmídia por se tratarem de metodologias, linguagens e processos audiovisuais que se materializam em vários formatos de mídia

como o Cinema, TV, Web, Aplicativos de Celular, Projeções Ao Vivo e outras possibilidades de plataformas midiáticas que servem aqui como suporte para a escuta e expressão das infâncias.

Analisando os conteúdos gerados pelo projeto, neste primeiro momento, foi possível elaborar a hipótese de que o ato de narrar sua própria história, por meio da câmera, traria luz à construção de identidades híbridas (BHABHA, 1998). Acessar a criatividade é estar apto à expressão em uma perspectiva de alteridade diante de meus desejos e de minhas singularidades com o outro. Quando a arte se encontra com a tecnologia, principalmente entre essas duas linguagens complementares, trazemos a hipótese de que ao produzir um vídeo a qual somos protagonistas podemos revelar emoções, sentimentos, nossa história e cultura, além de infinitas possibilidades através de valores estéticos, como a beleza, harmonia e equilíbrio. A cada expressão, deixamos no tempo uma memória, sendo elas representações culturais e simbólicas que trazem referências de lugares, pessoas, grupos, acontecimentos, celebrações, costumes e saberes que constituem nossa identidade cultural. A contemporaneidade caracteriza-se pela velocidade das transformações na esfera social, onde observamos mudanças que abalam as formas de atuação no mundo pautadas em um conhecimento fechado, moldado, disciplinar. O excesso de informações dificulta a reinvenção e a inovação na forma de nos relacionarmos. A interdisciplinaridade para estudar a cultura é essencial para o contexto contemporâneo que tem como característica uma “crise de identidade” (HALL, 2001, p. 9). Já não se define um indivíduo por sua sexualidade, pelo local de nascimento em determinado território, pelo pertencimento a determinada etnia, raça ou nacionalidade. São questões políticas, econômicas, sociais, culturais, subjetivas que trazem uma nova forma de definirmos a identidade do outro, muitas vezes por meio de pré-conceitos, estereótipos e na tentativa de classificação de um padrão identitário, desafio imenso para uma sociedade com possibilidades de construção de identidade por meio da hibridização gerada pelo acesso à informação, à globalização e os meios de comunicação. Nesse sentido, acreditamos que os novos meios de comunicação, como os aqui estudados, ganham um papel importante no que se diz respeito à construção de identidades por meio da linguagem audiovisual.

Palavras-chave: Transmídia, crianças, identidades.

LINGUAGEM E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM CIÊNCIA COGNITIVA ENATIVA

Luciana de Freitas

Leonardo Lana de Carvalho (orientador)

A variação linguística é um fenômeno adaptativo da linguagem humana, onde os indivíduos se encontram envolvidos em interações sociais nas quais ocorrem usos variados da linguagem. A gênese das variações são diversas e enfatizamos aqui as socioambientais. A evolução da linguagem acontece em todas as linguagens, depende de fatores geográficos e sócio-históricos e tem um caráter auto-organizado, acoplado ao meio e muitas vezes imprevisível. A linguagem, em termos gramaticais, léxicos e semânticos, se altera e continua existindo enquanto sistema social. Esse processo pode ser explicado sob a égide das Ciências Cognitivas, sobretudo à luz da teoria enativa e da perspectiva da linguagem como um sistema complexo adaptativo. O objetivo do trabalho é partindo da teoria enativa da cognição, analisar a variação linguística como um fenômeno social, o que implica entendê-lo como um sistema autopoiético de terceira ordem. O método usado é o da análise conceitual cuja origem remonta a Filosofia Analítica, a Filosofia da Linguagem que foi incorporado às Ciências Cognitivas. Como resultados apontamos que Maturana & Varela na obra “A árvore do Conhecimento” apresenta a comunicação como efetivamente uma ação comum entre corpos que reproduzem as estruturas sociais que permitiram aquelas ações, donde a auto-organização do sistema social. Na obra os autores entendem o “Domínio Linguístico” como comunicação, como um fenômeno social. Neste sentido, ao contrário do cognitivismo (vertente clássica da Ciência Cognitiva), o processo de variação linguística é sócio-gerado. Ele perpassa o fluxo autopoiético da estrutura social constituindo a variação em função das perturbações dos usos daquela linguagem nos diversos grupos sociais. As variações em sistemas autopoiéticos sociais ocorrem por perturbação de um grupo sobre o outro e pelo ambiente. Maturana & Mpodozis explicam pelo conceito de deriva natural que não ocorre uma submissão dos organismos ao meio, mas estes agindo sobre o meio constroem nichos. Nichos e organismos neste sentido co-evoluem. A comunicação e o domínio linguístico estão assim em deriva, construindo nichos e co-

evoluindo com eles. Notamos que na Ciência Cognitiva Enativa existe uma crítica radical contra toda e qualquer forma de dicotomia, incluindo a dicotomia Sociedade versus Natureza, a qual sucumbe frente à análise dos sistemas biopsicossociais a partir dos conceitos de autopoiese, de seus níveis e de deriva natural. De modo conclusivo, temos que a variação linguística é um fenômeno de cognição social. Fatores geográficos, históricos e situacionais são entendidos como fatores de perturbação socioambientais sobre certo sistema autopoietico de terceira ordem, o que pode levar a variações nas ações coletivas, isto é, na comunicação e no domínio linguístico. Como perspectivas temos a análise do conceito de identidade em sistemas autopoieticos com a finalidade de entender como variações linguísticas se tornam dinâmicas estacionárias, mantendo assim características perenes mesmo em situações adversas.

Palavras-Chave: cognição, enação, variação linguística, linguagem.

CASAMENTO, CIÚME E OPRESSÃO: UM OLHAR SOBRE O FEMININO EM SÃO BERNARDO

Nayane de Souza Viana
Fernanda Valim C. Miguel (Orientadora)

Lançado em 1934, *São Bernardo* é o segundo romance escrito por Graciliano Ramos e deu ao autor o título de um dos maiores romancistas da literatura brasileira. A trama também se passa na década de trinta e narra a ascensão do protagonista, Paulo Honório, até a conquista da fazenda que dá nome à obra. Ele conta seus conflitos internos, já no auge dos seus cinquenta anos, e faz da escrita um modo de tentar compreender aquilo que ele não consegue explicar. Esta comunicação propõe apresentar os percursos iniciais de uma pesquisa interessada no estudo da obra *São Bernardo* a partir da análise das memórias da violência ligadas ao feminino ao longo da narrativa, especialmente aquelas relacionadas à figura de Madalena e sua relação conjugal com Paulo Honório. Nosso interesse é o de aprofundar as discussões, sobretudo acerca da violência psicológica, do ciúme e da opressão que levam a personagem da esposa ao suicídio. Partimos da hipótese de que a morte da personagem feminina seria uma chave de leitura fundamental na compreensão sobre os motivos que fazem com que o dono da fazenda decida narrar a suas memórias, talvez como forma de elaborar esta perda (FREUD, 2010) e lidar com seus efeitos. Já nas primeiras páginas do romance, há marcas de um narrador não confiável, que diz o que quer, mas não necessariamente o que teria

acontecido. Essas marcas colocam em dúvida as supostas verdades sobre o seu relato e todo o restante daquilo que será narrado em diante. A partir deste “eu” que fala, possibilita-se, por contraste e pontos de vistas distintos, um olhar para esta personagem feminina no contexto do discurso, apresentada, em certa medida, como o lugar da alteridade, da diferença e do antagonismo. Diante disso, seria pertinente indagar como é apresentada a figura de Madalena e sua relação com Paulo Honório. Para isso, o trabalho se constitui de pesquisa exploratória e bibliográfica, dialogando com escritos de autores como Karl Marx (2006) Antonio Candido (1992), Jaime Ginzburg (2010), João Luiz Lafetá (2004), Philippe Ariès (1981), entre outros. Pelo exposto, a pesquisa possui uma natureza literária em diálogo com pressupostos históricos, com o interesse no estudo da ficção, da percepção sobre as memórias da violência, as concepções de gênero e marcas culturais evidenciadas no romance, bem como um estudo da representação das personagens femininas, tendo em vista inclusive o tempo e o espaço narrativo da sociedade brasileira de 1930. Além disso, procuramos identificar os fatores de conflito do romance, como a crítica ao enriquecimento violento, como o modelo de casamento ou o amor como um negócio e o lugar da mulher na relação do sistema patriarcal, pois é notável que Madalena passe, em certa medida, por alguns conceitos reguladores, uma vez que é vista como progenitora do herdeiro da fazenda. No romance, é perceptível uma atribuição de diferença do homem em relação à mulher, a qual é considerada como “um bicho esquisito, difícil de governar” (RAMOS, 2010, p.67), mas que, por outro lado, “quase nunca se defende” (RAMOS, 2010, p.52). A partir do perfil de análise, convém abordar como a narrativa apresenta um retrato social da década de 1930, envolvendo o regime fundiário e os conflitos do nordeste brasileiro, expondo as questões de seu tempo, com enfoque político e social, atrelados a uma perspectiva dos conflitos internos vividos por seu narrador.

Palavras-chave: *São Bernardo*, memórias da violência, gênero.

GEORGE ORWELL: ANTI-IMPERIALISMO E ORIENTALISMO?

Pedro Abder Nunes Raim Ramos

Não nos causa surpresa que a distopia de vigilância descrita por Orwell, marcada pelo conflito entre os superestados, as desinformações e a manipulação, expresse as nossas ansiedades contemporâneas. Os *smartphones*, *notebooks*, redes sociais, a tecnologia

cibernética onipresente, nos aproxima da sociedade moderna imaginada por Orwell em “1984”. Os conflitos no Oriente Médio, as dezenas de insurgências esquecidas no continente africano e sudeste asiático tornam o lema “Guerra é paz” tão apropriado quanto nos anos iniciais da Guerra Fria. O interesse em Orwell nos pensamentos de Orwell em especial no que o mesmo escreveu acerca da política e do totalitarismo, de direita e esquerda, faz desse intelectual uma figura cultural ainda imponente, passados quase setenta anos da sua morte. Segundo Rodden & Rossi (2012, 10), as obras “Revolução dos Bichos” e “1984” venderam 50 milhões de cópias. Rodden destaca ainda a referência cultural que se tornou Orwell, extrapolando as fronteiras da literatura e tornando-se a expressão do desconforto vivido nas sociedades modernas dos séculos XX e XXI. Orwell se tornou essa referência cultural duradoura porque a sua própria trajetória de vida ilustra mudanças significativas nas suas escolhas, atitudes e ideias, estabelecendo relação direta com o contexto geopolítico vivido, ao relatar em suas obras, experiências e opiniões acerca do imperialismo, do nacionalismo, do totalitarismo, do socialismo, da guerra, da esquerda, dos intelectuais e do próprio papel da literatura. As obras de Orwell contrastam com os ideais utópicos desenvolvidos ao longo da história das sociedades capitalistas que emoldurou “um horizonte brilhante visível para todos ao redor do mundo, brilhando com promessas em certos momentos: modernidade, racionalidade, progresso, liberalismo, nacionalismo, socialismo” (Quijano 2002: 75). Neste trabalho recortaremos a nossa análise no pensamento anti-imperialista de George Orwell, tema bastante presente nas escritas do autor e quase não explorado pela academia brasileira. Recorremos a bibliografia crítica escrita acerca do autor - Janice Matos, John Newsinger, Christopher Hitchens, brasileiro Ricardo Bonalume Neto - e ao próprio intelectual em seu ensaio “Por que escrevo?” (1946), para analisar na trajetória literária de George Orwell (1931 – 1949) o seu pensamento acerca do imperialismo, problematizando a ideia de “crítico” já consolidada entre os autores. Através dessas análises conseguimos mapear o pensamento de Orwell acerca do tema e estabelecer as fontes em que iremos concentrar as nossas análises: os livros “Dias na Birmânia” (1934), “O caminho para Wigan Pier” (1937) e os ensaios “Um enforcamento” (1931), “O abatimento de um elefante” (1936) e “O Leão e o Unicórnio” (1939). Nessas fontes selecionadas identificamos o pensamento do autor em relação ao imperialismo, já podendo afirmar que não foi homogêneo ao longo da sua trajetória intelectual, mas é tratado como tal por boa parte dos comentadores do autor. Em meio as nossas análises, encontramos nos estudos pós-coloniais, uma abordagem que nos

auxiliaria no desenvolvimento da pesquisa, conjuntamente com a História Intelectual e a Sociologia dos intelectuais. Especialmente, encontramos em Edward Said, e as suas análises acerca do orientalismo, uma importante referência para o desenvolvimento da nossa pesquisa. As análises de Said em relação ao papel do romance e do romancista na estrutura de poder do imperialismo, fazendo citações a George Orwell nos mostrou a importância de se estudar o pensamento anti-imperialista do autor. Devido a referência exploraremos as obras de Said com o objetivo de contextualizar as críticas e fundamentar o nosso problema, que nesse momento é: George Orwell: anti-imperialista e orientalista?

Palavras-chave: 1984, anti-imperialismo, orientalismo.

A CONFIGURAÇÃO DA NOÇÃO DE EXPERIÊNCIA NAS CRÍTICAS DA RAZÃO PRÁTICA, DA RAZÃO PURA E DO JUÍZO DO GOSTO, DE IMMANUEL KANT

Luan Rafael de Oliveira Castro
Adna Cândido de Paula (Orientadora)

A pesquisa, vinculada ao projeto de pesquisa institucional de discussão mais ampla intitulado “Imaginação, sensibilidade e emoção da dimensão da sabedoria prática”, tem como objetivo principal compreender e traçar as configurações da noção de experiência em cada uma das três principais obras críticas de Immanuel Kant, delimitando, desta maneira, a composição estrutural da experiência nas críticas *da Razão Prática, da Razão Pura* e, por fim, *do Juízo do Gosto*.

Immanuel Kant, ao postular na primeira crítica, a *Crítica da Razão Pura*, que todo conhecimento começa com a experiência, mas, nem todo conhecimento surge apenas da experiência, sugere que o conhecimento e a experiência são indissociáveis, mas, por outro lado, ele indica que há diferenças entre o conhecimento e a experiência. Esta pesquisa buscar distinguir estes conceitos de maneira a entender as peculiaridades desses processos, suas conexões e dependências efetivas. Assim, nesta primeira fase, investiga-se questões como, por exemplo: “O que é conhecer?”, “O que é experiência?”, “Conhecimento e experiência são coisas distintas ou semelhantes, ou complementares e dependentes?” e “Que tipos de experiências são possíveis?”.

A primeira fase da pesquisa chegou a identificar que, apesar de serem diferentes, experiência e conhecimento, ambos são conceitos complementares, independentes, mas, ao mesmo tempo, indissociáveis. O conhecimento seria um processo que só pode ser

iniciado na experiência e a experiência é tanto condição como resultado deste processo. Há, inclusive, uma classificação geral de tipos: (i) a experiência teórica; (ii) a experiência prática; (iii) a experiência religiosa; e (iv) a experiência estética.

Já na segunda e terceira obra, sendo elas, respectivamente, a *Crítica da Razão Prática* e a *Crítica do Juízo do Gosto*, procura-se compreender e contrastar as particularidades indicadas por Kant no entendimento da experiência no âmbito da religião e da arte, a fim de identificar as diferentes nuances de cada uma destas experiências. Outrossim, investiga-se, nesta segunda fase, a conceituação de arte e religião na filosofia kantiana a fim de compreender os parâmetros e as especificidades de cada um destes objetos, contrastando-os.

A justificativa para a escolha da análise dos objetos pertinentes à arte e à religião, se dá, pois, para Kant, tais objetos estão incluídos entre os que transcendem a experiência. Assim sendo, são objetos que extrapolam os limites do conhecimento, logo, não são objetos comuns e, por isso, merecem destaque.

Nesta segunda fase da pesquisa, chegou-se à compreensão de que a religião, de acordo com Kant, possui uma proposição prática, ou seja, teleológica para a educação moral do ser. Já a arte, por sua vez, possui uma possibilidade de educação da sensibilidade. Assim sendo, no que diz respeito à arte, estabelece-se uma apreciação estética desinteressada e, assim, toda finalidade que se dá para estes objetos se encaixa em outro tipo de atitude que não a estética. Para Kant, a arte possui uma parte proveniente da dimensão inata da existência, sendo que esta é incognoscível; a arte estaria, portanto, no *entre-lugar* que é possível entre o mundo do inatismo e o mundo sensível. Já os objetos pertinentes à religião, apesar de também transcenderem a experiência sensível, são passíveis de dedução filosófica pela faculdade da razão, o que não é, todavia, possível para a arte.

Por fim, busca-se, também, investigar qual o tipo de juízo admitido para cada tipo de experiência averiguada nas três obras supracitadas. Nesta última fase, pressupõe-se que cada experiência está diretamente vinculada, de maneira categórica, a uma faculdade específica e, também, a um juízo específico. Dessarte, conclui-se que: (i) à experiência técnica, admitem-se os *juízos sintéticos a posteriori*; (ii) à experiência teórica, admitem-se os *juízos analíticos a priori*; (iii) à experiência religiosa, admitem-se os *juízos sintéticos a priori*; e, por fim, (iv)- à experiência estética, admitem-se os *juízos estéticos*.

Palavras-chave: Immanuel Kant, experiência.

Simpósio Temático IV

9 de novembro – 08:00h às 10:00h

FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL: DO ESPECIALISTA AO GENERALISTA

Danillo Lisboa
Yuri Elias Gaspar (Orientador)

A formação em Psicologia no Brasil é um fenômeno híbrido, variável e diversificado. Este fato exigiu dessa disciplina-ciência-profissão constantes revisões e atualizações na formação do seu profissional. Objetivamos neste trabalho descrever e analisar a estruturação dos parâmetros curriculares da formação em Psicologia no Brasil, destacando o ideal de formação vislumbrada em tais preceitos. Realizou-se análise documental orientada pela História dos Saberes Psicológicos. Assim, verificamos que a formação do psicólogo brasileiro tem sua regulamentação no ano de 1962 a partir da Lei 4.119/62 que dispõe sobre os aspectos gerais e administrativos dos cursos de formação, da vida escolar do aspirante a psicólogo, dos direitos conferidos aos diplomados, das condições para o funcionamento dos cursos, da revalidação de diplomas e outras disposições gerais e transitórias. Já o parecer 403/62, emitido pelo Conselho Federal de Educação, permitiu a efetivação da resolução que impõe o currículo mínimo e o tempo de duração para a formação em psicologia. O texto que regulamentou o currículo mínimo da psicologia no Brasil em 1962 fez prevalecer em sua justificativa uma tendência que aproximou esse campo do conhecimento a um modo específico de pensar, a saber, o científico, o que culminou numa busca pela aplicação das teorias psicológicas nas diferentes áreas. Após intensos debates e passados quarenta e dois anos de regulamentação do currículo mínimo que deu origem ao reconhecimento formal da profissão de psicólogo no país, tornou-se possível vislumbrar uma revisão das diretrizes curriculares nacionais que direcionavam esse curso de graduação. As novas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas a partir de 2004 apresentaram disciplinas como “eixos” disparadores para outros desdobramentos na construção do conhecimento psicológico, configurando uma marca plural para a formação profissional. Nesse sentido, o imperativo de ciência tradicional que subsidiou as primeiras proposições curriculares é substituído por um “pensar cientificamente”, evidenciando um conceito

de ciência mais inclusivo sem desconsiderar as possibilidades de viabilização da crítica intersubjetiva. Ainda nessa esteira de reformulações, outro ponto que marca as proposições de 2004 é a busca pela valorização de uma visão mais abrangente e multideterminada do fenômeno psicológico, evidenciando uma proposta de atuação pautada na promoção do bem-estar coletivo, feitos que necessariamente conclamaram a psicologia a clarificar o seu compromisso social. Em meio às mudanças sociais e históricas presentes no país, novas demandas de revisões curriculares para o curso de graduação em psicologia no Brasil são colocadas e, em 2018, são organizadas através dos órgãos representantes da profissão, novas proposições curriculares. O documento construído em 2018, além da preocupação científica de uma psicologia pautada no rigor das pesquisas e da elaboração de conceitos e técnicas, se caracteriza potencialmente por colocar abertamente o atravessamento dos determinantes sociais para o acontecimento dos processos e fenômenos humanos. Com isso, o novo currículo exige do profissional psicólogo o compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana e da saúde integral. O processo histórico de ampliações ocorridas no terreno da psicologia desde sua inauguração enquanto profissão no Brasil, que culminaram nas revisões curriculares de 2004/2011, e agora são intensificadas pelas proposições de 2018, demonstra que esta ciência e profissão tem se apresentado nos mais diversos cenários e contextos, o que torna o campo de inserção e formação deste profissional amplo, plural, diverso, multifacetado, dinâmico, fluído e complexo. A análise realizada das proposições curriculares para o curso de psicologia no Brasil desde sua regulamentação nos permitiu concluir que houveram mudanças significativas e estruturais na formação deste profissional, retirando-o da condição de especialista (1962) e lançando-o no campo da formação generalista (2004/2011;2018). A prevalência da formação generalista nos parâmetros curriculares pós 1962, cujas principais características perpassam o fomento à postura científica, ética, política, generalista, humanista, crítica, reflexiva, democrática, laica e embasada nos Direitos Humanos nos mais diversos espaços de inserção, apontam uma mudança histórica na formação do psicólogo no Brasil: da condição de “clínico-individual”, a psicologia foi convocada a assumir o seu compromisso social.

Palavras-chaves: Psicologia, Currículo, Especialista, Generalista.

ENSINO HÍBRIDO: ABORDAGENS SUSTENTADAS OU DISRUPTIVAS PARA A EDUCAÇÃO?

Denis James Pereira

A UNESCO divulgou em 2015 o estudo “*Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI*”. Nele, a entidade apresenta algumas competências para a sociedade contemporânea em rede e globalizada. Este relatório demonstra que os estudantes devem aprender não apenas conteúdos disciplinares tradicionais, mas novas competências e habilidades como: criatividade, comunicação, trabalho em equipe, análise crítica, empreendedorismo entre outros.

O modelo de ensino difundido na maioria das escolas, porém, não consegue oferecer as novas competências e habilidades. A abordagem tradicional marcada por carteiras enfileiradas, estudantes receptivos, professor que fala/palestra, transmissão de conteúdo, notas como forma de hierarquização e avaliações para atestar o conteúdo fixado são remanescentes da era industrial e da massificação da educação.

Para alterar este modelo tradicional e adequá-lo as novas exigências, não basta incluir na sala de aula recursos tecnológicos, filmes, músicas, jogos ou lousa digital, deve-se mudar toda a concepção da escola e seus objetivos. O uso da tecnologia no modelo expositivo apenas tornará a aula mais conteudista e cansativa. “A tecnologia não apoia – nem pode apoiar – a velha pedagogia do professor que fala/palestra, exceto em formas mínimas, tais como através da utilização de imagens ou vídeos. Na verdade, quando os professores usam o velho paradigma de exposição, ao adicionarem a ela a tecnologia, ela com muito mais frequência do que o desejado se torna um empecilho.” (PRENSKY, 2010, p. 202).

Christensen, Horn e Staker apresentam em seu ebook “Ensino Híbrido: uma inovação disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos” a integração do uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação com o Ensino Presencial. O Ensino Híbrido é, portanto, uma abordagem de ensino que em parte é feita por ensino on-line com algum tipo de controle por parte do educando como tempo, conteúdo ou atividades, em parte é executada em algum local físico supervisionado e longe de casa. Por último, inclui uma experiência de aprendizagem integrada entre o on-line e a presença física (CHRISTENSEN; HORN; STAKER, 2013). Este modelo possui 4 variações do uso integrado das TDICs, que são: Rotação, Flex, A La Carte e Virtual Enriquecido. O modelo de Rotação é considerado sustentado, pois combina elementos do modelo

tradicional com elementos inovadores, enquanto que os modelos Flex, A La Carte e Virtual Enriquecido são considerados disruptivos, pois alteram de forma inovadora o sistema educacional.

No Brasil, a experiência conduzida pelo Grupo de Experimentações em Ensino Híbrido resultou no livro: “Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na educação” sob organização de Bacich, Neto e Trevisani. Nesta obra, os autores sintetizam as experiências do Ensino Híbrido utilizando de variações do modelo sustentado e disruptivo desenvolvido em escolas públicas e privadas do Brasil.

Este trabalho apresenta, portanto, as possibilidades de usos do ensino híbrido em sala de aula, utilizando como referencial os livros de Christensen, Horn e Staker e do Grupo de Experimentações de Ensino Híbrido no Brasil.

Referências

BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Mello (Org.). **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015. 270 p.

CHRISTENSEN, Clayton M.; HORN, Michael B.; STAKER, Heather. **Ensino Híbrido: uma inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos**. [S.l.]: Fundação Lemann; Instituto Península, 2013.

HORN, Michael B.; STAKER, Heather. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Porto Alegre: Penso, 2015. 292 p.

PRENSKY, Marc. **O papel da tecnologia no ensino e na sala de aula**. Revista Conjectura, Caxias do Sul, v. 15, n. 2, p. 201-204, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/335/289>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

UNESCO. **Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI**. Brasília: [s.n.], 2015. 44 p.

Palavras-chaves: Educação, Ensino Híbrido, Tecnologia.

HISTÓRICO EDUCACIONAL DOS SURDOS E DEFICIENTES AUDITIVOS: Consequências do uso de uma mesma filosofia educacional e metodologia para um grupo com demandas diferenciadas

Josilene Duarte Nunes Ávila

Este trabalho apresenta um histórico das filosofias e metodologias de ensino destinadas às pessoas com deficiência auditiva e surdez analisando os tipos de tratamentos destinados aos deficientes auditivos que fazem uso de seus resquícios auditivos para se comunicarem e as destinadas aos deficientes auditivos com perdas auditivas mais graves e que utilizam a Língua de Sinais em suas comunicações. Percebe-se, na história da

educação de surdos, que a diferenciação entre os Surdos e os Deficientes auditivos pouco foi tratada e quando se fazia alguma referência a ela, esta era desconsiderada. Na maioria das vezes em todo o histórico educacional, os principais interessados não eram convidados para as discussões, e quando eram, não tinham poder de opinião. Sendo assim, os ouvintes eram quem pensavam, discutiam e definiam o futuro educacional dessas pessoas. As pessoas com perda auditiva passaram por vários problemas de discriminação, preconceito, desvalorização de suas potencialidades, desconsideração de suas especificidades dentre outras questões que podem ser percebidas ao longo do histórico da educação dos surdos apresentado neste trabalho. O fracasso acadêmico de alunos surdos decorrente da imposição da filosofia educacional Oralista, que, por quase um século ditou regras educacionais no sistema de ensino no Brasil, pode ter relação direta com o fato de se pensar metodologias de ensino para um público homogêneo sem levar em consideração as especificidades de cada indivíduo e das necessidades tão distintas de adaptações demandadas pelos Surdos que são diferentes das demandadas pelos Deficientes Auditivos. Isso contribuiu para a marginalização de muitos surdos, a desmotivação e o sofrimento dessas pessoas que serviram como cobaias de métodos e técnicas de ensino que em poucos casos tinham sucesso. Um processo árduo de aprendizado que os desmotivava e só aumentava a revolta e sentimento de inferioridade e incapacidade nessas pessoas. Este trabalho é uma revisão bibliográfica que busca compreender os fatores que interferem no sucesso educacional das pessoas com deficiência auditiva que encontram grandes desafios em seu processo de ensino-aprendizagem. As barreiras impeditivas que interferem no desenvolvimento acadêmico dessas pessoas podem estar relacionadas, dentre outras, com a não compreensão da necessidade de diferenciar o atendimento e adaptações destinadas aos deficientes auditivos e a não valorização de suas especificidades e capacidades comunicacionais que estão diretamente relacionados com seu grau de surdez e forma utilizada para se comunicar. A deficiência auditiva pode ser considerada como uma das mais complexas, uma vez que pode afetar o desenvolvimento da linguagem, e também quando se trata de criar meios que favoreçam a acessibilidade comunicacional dessas pessoas buscando a igualdade de direitos e real inclusão na sociedade. Muitos acreditam que a acessibilidade comunicacional para os deficientes auditivos se restringe ao uso de aparelho para amplificação sonora ou ao uso da Língua brasileira de sinais. Essa visão acaba criando grandes barreiras e dificultando a acessibilidade dessas pessoas nos mais diversos contextos sociais. Conhecer a história das pessoas com deficiência auditiva e

de seu processo educacional nos possibilitará entender melhor a realidade delas nos dias atuais e o que interfere em seu sucesso acadêmico. É importante, antes de tudo, compreendermos que as pessoas que são enquadradas no “grupo dos deficientes auditivos”, são extremamente heterogêneas em suas especificidades, necessidades educacionais e comunicacionais e em suas demandas de acessibilidade e inclusão. Essa heterogeneidade está ligada à fatores biológicos, linguísticos, identitários e culturais. Será apresentado como essas diferenças foram tratadas e consideradas nas decisões, ao longo dos anos abordadas no histórico educacional dos surdos, e como isso interfere no sucesso educacional desses alunos. É importante que novos e mais aprofundados estudos voltados para discussões, reflexões e elaboração de políticas, metodologias de ensino e adaptações sejam trabalhadas para que, de fato, atendam, contemplem a heterogeneidade e sejam eficientes no processo de inclusão das pessoas que tenham alguma perda auditiva na sociedade.

Palavras-chaves: Inclusão, Surdez, Metodologia de Ensino.

HISTÓRIAS QUE ENTRELAÇAM AS FAMÍLIAS E O ESTADO: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CASA LAR DE SÃO GONÇALÓ DO RIO ABAIXO E NA FUNDAÇÃO CRÊ-SER DE JOÃO MOLENVADE A PARTIR DE 2015

Lorena Lage Caldeira
Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale (Orientadora)

O projeto de pesquisa tem como objetivo geral problematizar sobre o papel do Estado junto às histórias que levaram à institucionalização de crianças e adolescentes em dois serviços de acolhimento, de forma a realizar um estudo comparativo entre realidades distintas. Para tanto, deve-se considerar que o Estado, em tal contexto, representa políticas públicas que devem garantir o acesso aos direitos das famílias em situação de vulnerabilidade social, a fim de minimizar ou interromper as violações desses direitos, baseado nas prerrogativas constitucionais.

Cabe pontuar que o acolhimento institucional de crianças e adolescentes é uma medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, aplicada pelo Poder Judiciário em casos excepcionais, quando crianças e adolescentes têm seus direitos fundamentais violados pela falta de proteção e cuidado. Para fundamentar a

determinação de afastamento provisório de crianças e adolescentes em situação de risco do seio familiar, o Poder Judiciário se embasa em relatórios dos acompanhamentos realizados pelos profissionais das esferas da promoção, proteção e defesa da rede socioassistencial. Esses profissionais atuam junto às famílias desprotegidas, visando ações que minimizem ou interrompam as violações de direitos.

A partir da compreensão de que a institucionalização é uma medida que somente pode ser aplicada após esgotadas as possibilidades de intervenções pelas equipes técnicas dos serviços socioassistenciais, que devem trabalhar de maneira continuada e integrada com a rede intersetorial, esse projeto buscará: i) Analisar os motivos que levaram à institucionalização de crianças e adolescentes nas instituições de acolhimento, a fim de avaliá-los em relação ao contexto do trabalho da rede socioassistencial com as famílias; ii) Identificar as lacunas existentes nas ações das políticas sociais que podem ser perpetuadas pela falta de recursos socioeconômicos e culturais das famílias para garantirem a proteção e cuidados de suas crianças e adolescentes; iii) Refletir sobre as estratégias que podem ser adotadas para garantir a aplicabilidade das políticas sociais, as quais têm a formulação satisfatória, mas, muitas vezes, sem a efetividade prática.

De tal forma, as histórias das famílias que perderam as guardas legais de suas crianças e adolescentes podem estar entrelaçadas à maneira como as vulnerabilidades sociais existentes foram acolhidas e atendidas pela rede de serviços propostos pelas políticas públicas, as quais possuem as mesmas diretrizes nacionalmente, mas que serão analisadas de forma a considerar a aplicabilidade destas nos dois municípios que farão parte do estudo e como as ações destas políticas ou a falta delas impactam nas realidades de seus usuários.

Nessa perspectiva, as famílias podem ter seus direitos fundamentais violados pela falta de efetividade das políticas sociais no contexto municipal, por questões estruturais e/ou políticas, antes de serem consideradas violadoras dos direitos de suas crianças e adolescentes por negligência e falta de cuidados. A falta de continuidade dos acompanhamentos familiares podem ocorrer devido à alta rotatividade de profissionais nos setores públicos, bem como pela falta de investimentos dos municípios em relação à capacitação destes profissionais, como também a precarização na oferta dos serviços de proteção social básica e média complexidade socioassistenciais etc., fatos que propiciam que os casos fiquem desacompanhados continuamente, fazendo com que as situações de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais reincidam até chegar à alta complexidade.

Diante do exposto, ao centralizar o trabalho nas famílias sem que o papel do Estado esteja de acordo com a expectativa dessa realidade, essas famílias e indivíduos podem ser responsabilizados dentro de suas próprias políticas públicas, dentre elas a da Assistência Social, fazendo reforçar ainda mais a vulnerabilidade social.

Palavras-chaves: Assistência Social, Vulnerabilidade, Famílias.

A DIALÉTICA ENTRE O SIGNIFICANTE E O SIGNO A PARTIR DO ESTUDO ARISTOTÉLICO

Luís Felipe Costa
Adna Candido de Paula (Orientadora)
Aline Faé Stocco (Orientadora)

O projeto “A dialética entre o Significante e o Signo a partir do Estudo Aristotélico” surge com o interesse de melhor verificar e analisar o relacionamento intrínseco entre o Significante – entendido como o ser capaz de dar significado a algo – e o Signo – expressão de algo a ter significado. Deste modo, o Significado será dado inicialmente como uma forma genérica de conhecimentos, ou seja, parte-se do pressuposto que o Ser Racional, ao entrar em contato com o Objeto a partir de variados modos, cria a possibilidade de surgimento do conhecimento. Para alcançar uma validade na afirmação indicada, será levada em consideração a referência bibliográfica clássica do filósofo Aristóteles, na qual é admitida uma primeira percepção sensorial para que haja a formulação do conhecimento. Seguindo este ponto, poderão ser analisados outros argumentos ou contrapontos diante da abordagem. O tema proposto também deve ser entendido como um recorte para um desenvolvimento maior, pois a hipótese se baseia na teoria aristotélica como um possível início a um debate mais encorpado que ocorre na modernidade com os estudos fenomenológicos e lógico-linguísticos. Dentro da lógica clássica, o conhecimento é um aglomerado de informações mediante o contato entre o ‘ser que percebe’ e o ‘ser que é percebido’. As compreensões, definições, conceituações e opiniões a respeito de um determinado objeto nascem quando o ser racional se posiciona em direção ao objeto em um dado tempo e em uma certa situação. Aristóteles expõe duas definições sobre o homem – significante –, as quais demonstram características que possibilitam o surgimento do significado diante do signo: o *zoon polytikon* e *zoon logikon*. Ambas expressões definem o homem como um ser – animal –

que é dotado da capacidade de conhecer – *logos* –, mas que também é um ser nutrido pela capacidade de se relacionar e melhor se adaptar ao meio pela racionalidade – *pólis*. Assim sendo, o primeiro ponto dialético a ser analisado deverá ser o Significante e suas categorias, bem como poderá ser visto pelos estudos antropológicos aristotélicos ligados a *physis* e a *psyché*. Posteriormente, o segundo ponto deverá tratar sobre a representação das ‘coisas’ – *cosmos / ente* – que podem ser conhecidas, ou seja, um estudo ontológico em sua mais pura definição tendo em vista o pensamento clássico sobre a ‘existência e essência’ dos seres. Entretanto, com os aprofundamentos aristotélicos surge uma definição mais valorosa que é a ideia de Substância, em que a matéria e a forma se intercalam para justificar e explicar o ser. Por fim, deverá ser pensado como a Razão – *nous* – possibilita alcançar uma dada verdade e, assim, alcançar também o conhecimento que será entendido como significado. O pensamento de Aristóteles terá seu valor não ao acaso, mas devido o projeto proposto, ter como interesse, uma visão linear histórica diante de um desenvolvimento cognitivo, bem como seus pontos e contrapontos. A intenção conclusiva do projeto não se baseia em definir e dogmatizar uma teoria como a principal diante de um determinado tema, mas sim estabelecer o peso e o valor dos grandes pensamentos já oferecidos ao mundo que devem ter seu devido respeito e apreço.

Palavras-Chave: Significante, Significado, Signo, Ser, Razão.

O HUMANISMO FILOSÓFICO DE TOMÁS DE AQUINO E A SUA RELEVÂNCIA PARA A PSICOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Victor Augusto de Azevedo Ferreira
Ana Cristina Pereira (Orientadora)

Esta apresentação tem como objetivo explorar o percurso intelectual do teólogo dominicano Tomás de Aquino (1225 - 1274), destacando as experiências que mais contribuíram para a constituição da sua personalidade e da sua carreira universitária - marcada por polêmicas, disputas e por uma genuína preocupação com o desenvolvimento dos seus alunos e dos conhecimentos humanísticos do seu tempo, especialmente aqueles ligados à Aristóteles (384 – 322). Com base na metodologia de

leitura e análise bibliográfica, a hipótese levantada é a de que, ainda que tenha vivido dois séculos antes do Renascimento, não é incorreto afirmar que Tomás fora um humanista na dupla acepção do termo: pesquisador de primeira ordem, autor de diversos opúsculos e tratados filosóficos, seu grande objeto de estudo foi o ser humano considerado a partir do pensamento grego e da tradição cristã. A própria *Suma Teológica*, nesse sentido, é um testemunho do seu interesse e estima pelo homem: dividida em três partes, as duas primeiras versam sobre questões relativas à natureza humana, como a origem e a estrutura da alma e a disposição de cada uma das suas potências. Embora desenvolvidos num contexto que não o nosso, em uma outra modalidade e visando a propósitos distintos, estes e outros tópicos estudados pelo mestre aquinense se aproximam dos que são investigados pela ciência psicológica, razão pela qual torna-se relevante examiná-los não só conceitualmente, mas também historicamente, com a finalidade de melhor compreender as continuidades e rupturas entre o saber psicológico medieval e o contemporâneo. Isto inclui não só a visão de homem, mas também o entendimento acerca de problemas caros à Psicologia atual como a dinâmica entre a mente e o corpo, o sentido do comportamento humano e a gênese e tratamento dos transtornos mentais.

Palavras-Chave: Tomás de Aquino, Humanismo, Psicologia.

Simpósio Temático V

9 de novembro – 14:00h às 16:00h

DISCURSOS ACERCA DA EDUCAÇÃO FEMININA NOS JORNAIS DIAMANTINENSES A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Camila Andrade dos Santos Canuto
Ana Cristina Pereira Lage (Orientadora)

O trabalho tem como foco principal a análise dos discursos presentes nas entrelinhas dos jornais diamantinenses a partir da segunda metade do século XIX acerca dos papéis femininos. A imprensa na produção do conhecimento histórico, os últimos anos têm sido palco de diversas formas de renovação e ampliação das possibilidades de interpretação. Tal renovação se deve muito pela ampliação das fontes, e, nesta pesquisa, a imprensa é utilizada como uma fonte documental valiosíssima para a compreensão do período estudado. Utilizando-se a imprensa deste momento em questão, podem-se perceber dados referentes à História da Educação que provavelmente não seriam encontrados em outra documentação, como referências à necessidade de instrução, anúncios de escolas que eram fundadas, nomes de professores, matérias ensinadas, livros adotados e até nomes e notas de alunos. Os objetivos específicos da pesquisa são: compreender o espaço designado para a mulher nessa sociedade regida pelo ultramontanismo² e patriarcalismo através da reflexão de notícias contidas nesses periódicos, espaço onde são divulgadas e consolidadas as principais representações sociais. A pesquisa compreende um período importante de transformações sociais e econômicas na cidade de Diamantina: a fundação do Bispado em 1863; a preocupação com a moralidade e o cumprimento dos papéis sociais destinados aos homens e mulheres na área de atuação do Bispado. O projeto moralizador foi enfatizado e melhor sistematizado por meio da tentativa de modelagem do comportamento feminino,

² “Nas primeiras décadas do século XIX, devido a frequentes conflitos entre a Igreja e o Estado em toda a Europa e América Latina, foram chamados de ultramontanos os partidários da liberdade da Igreja e de sua independência com relação ao Estado. O termo ultramontanismo aparecia como uma reação ao mundo moderno e como uma orientação política desenvolvida pela Igreja, marcada pelo centralismo romano, o fechamento sobre si mesma e a recusa do contato com as novas ideias.” (LAGE, 2013, p. 34)

especialmente o cumprimento de seu papel de mãe e de esposa. A função de educar os filhos, ser uma companhia agradável para o marido, administrar o lar estava totalmente direcionada ao papel feminino, um projeto de moralização dos costumes, que propunha um exemplo de mulher, que seria a base moral da família no século XIX. O sistema patriarcal legitimado ao longo da história pela religião cristã era responsável, em grande medida, pelas práticas sociais que naturalizaram o papel da mulher restrito ao espaço da casa/quintal, favorecendo o exercício do poder pelos homens em detrimento das mulheres. Diamantina estabeleceu um projeto educacional para as suas elites, com base nas ideias de conservação das tradições e na influência política da cidade. Com efeito, o momento foi de implementação e fortalecimento da educação feminina escolarizada no território mineiro, o que propiciou a abertura do Colégio Nossa Senhora das Dores, em 1866. Tanto a fundação do Bispado como a implantação deste Colégio são indispensáveis para compreender o espaço da mulher nesse contexto. Sendo assim, espera-se com esta pesquisa discutir como a linguagem expressa nos jornais diamantinenses propõe a condição feminina enquanto boa mãe, esposa e educadora.

Palavras-chave: Diamantina, Educação feminina, Colégio Nossa Senhora das Dores.

PAISAGENS E LUGARES – DISTRIBUIÇÃO ESPAÇO-AMBIENTAL E ARTE RUPESTRE DO COMPLEXO TRÊS FRONTEIRAS, ALTO VALE DO RIO ARAÇUAÍ, SERRA DO ESPINHAÇO MERIDIONAL, MINAS GERAIS

Landerson Gomes Galvão

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar uma síntese das atividades relacionadas à pesquisa desenvolvida no Complexo Arqueológico Três Fronteiras, entre os municípios de Felício dos Santos, Senador Modestino Gonçalves e Rio Vermelho, Minas Gerais, acerca das ocupações humanas antes do contato na face leste da Serra do Espinhaço Meridional, mais precisamente no Alto Vale do Rio Araçuaí. Busca-se na pesquisa realizar um estudo sistemático em torno da paisagem arqueológica do Complexo Três Fronteiras, baseando-se no mapeamento da área, coletando informações sobre a paisagem arqueológica local e a identificação das possíveis mudanças ao longo do tempo, com base nas características geoambientais e históricas. Investigando as características geomorfológicas, geográficas e paleoambientais, que podem contribuir para o entendimento da ocupação da paisagem. O objetivo principal é realizar o estudo acerca da paisagem “arqueológica” do complexo com um caráter interdisciplinar,

almejando entender se é possível, por meio do mapeamento sistemático de sítios arqueológicos, realizar inferências acerca das escolhas, das relações socioambientais e dos aspectos simbólicos que levaram a populações pregressas e ágrafas a ocupar a região a partir de 7000 anos A.P. (FAGUNDES, 2016). Levantar dados e informações geoambientais e históricas que possam contribuir para compreensão das diferentes ocupações e percepções da paisagem ao longo do tempo. Assim, a contribuição das áreas do geoprocessamento, da geologia, geomorfologia, geoquímica, pedologia, biogeográficas e paleoambientais; além de contribuir para entender o posicionamento dos sítios na paisagem, proporciona uma análise da paisagem como espaço habitado e culturalmente vivido por um grupo humano (FAGUNDES, 2016). O Complexo Arqueológico Três Fronteiras está constituído por 16 sítios arqueológicos em abrigos sob rocha (quartzítica), com presença marcante de grafismos rupestres e de uma indústria lítica majoritariamente em quartzo. O único sítio escavado, Três Fronteiras 07, obteve datação de 4100 ± 30 anos AP. situando sua ocupação durante o Holoceno Médio, resultado comum para outros abrigos regionais. A arte rupestre desta zona apresenta particularidades estilísticas em relação aos sítios no entorno, sendo que seu conjunto gráfico apresenta temáticas ao que tem sido definido como Tradição Planalto, com presença de zoomorfos, sobretudo cervídeos e peixes (em associação), além de outros quadrúpedes, aves e poucos répteis. Assim, apesar de Três Fronteiras apresenta grafismos com temáticas associadas ao que foi definido como Tradição Planalto, temos focado as investigações em como se dá a organização dos painéis rupestres e dos próprios abrigos na paisagem. São compreendidos como marcos e marcas da ocupação humana e, apesar da aparente desassociação entre eles, partimos da hipótese que os painéis estão interconectados na paisagem, em um processo de significação e ressignificação do lugar, estruturando-o e, sobretudo, dando sentido aos seus ocupantes. Utilizando diferentes metodologias, com investigações que seguem da caracterização geológica ou uso de drones para mapeamento da área, tem-se buscado compreender a dinâmica destas ocupações e, sobretudo, o uso do lugar em longa duração, identificando as principais características e buscando entender o modo de vida e a dinâmica cultural das populações que ocuparam Três Fronteiras antes do contato com os europeus.

Palavras-chave: Paisagem, características geomorfológicas e geográficas, arte rupestre.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO NA CIDADE DE DIAMANTINA/MG, 1914-1938

Telma das Dores Pio Fernandes
Rogério Pereira de Arruda (Orientador)

Esta comunicação apresenta a pesquisa em andamento que se detém sobre o processo de urbanização e saneamento na cidade de Diamantina (MG), no período entre 1914 e 1938, partindo do pressuposto que saneamento e urbanização não se desvinculam, mas se complementam. O recorte temporal inicial, 1914, tem relevância na pesquisa por demarcar a inauguração do ramal ferroviário “Vitória a Minas” em Diamantina, o que representou na ocasião a interligação da cidade aos demais centros econômicos regionais por meio da malha ferroviária. Esse marco temporal pode ser associado à urbanização de novas áreas da cidade de Diamantina, como, por exemplo, o Largo Dom João, local onde se situava o prédio dessa estação ferroviária. Esse advento proporcionou dinamicidade socioeconômica e uso de tecnologias tanto na arquitetura, como na comunicação etc. A data final do nosso recorte temporal, 1938, corresponde ao período de intensas reformas e obras de urbanização e embelezamento da cidade, pois se comemorava o centenário do município. Destaca-se, ainda, nesse ano, o tombamento da cidade pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

A pesquisa tem como objetivo principal analisar o processo urbanizador da cidade de Diamantina, no período entre 1914 e 1938, na tentativa de se compreender as contradições e os ideais de modernização almejados pela elite política diamantinense. Isto será feito a partir do estudo do contexto histórico, sociocultural e ideológico no qual a elite política estava inserida. Nesse sentido, procuraremos destacar os movimentos higienista e sanitaria ocorridos no país das três primeiras décadas do século XX e tentar compreender como esses discursos foram codificados, inseridos e efetivados pela gestão pública local. Objetiva-se, igualmente, pontuar as diferenças entre a cidade idealizada pelos atores políticos diamantinenses e a cidade vivenciada cotidianamente pela população.

Para entender melhor o processo de urbanização e saneamento realizado na cidade de Diamantina, será necessário contextualizar o momento histórico brasileiro das primeiras décadas do século XX. A pesquisa utilizará como fundamentação teórica os aspectos conceituais que definem e caracterizam o ordenamento espacial, a urbanização das

idades. O estudo se pautará em obras que discutem o processo de modernização e a racionalidade científica moderna que influenciavam as concepções políticas, ideologias e seus efeitos práticos nas organizações dos espaços e nas reformas sanitárias ocorridas no país durante esse período. Serão priorizados trabalhos que proporcionem estudar o processo de urbanização, a vida cultural e social da cidade de Diamantina.

A pesquisa dispõe de documentação primária como atas, leis municipais, códigos de posturas, relatório de prestação de contas e jornais locais pertencentes aos acervos da Câmara Municipal de Diamantina e Biblioteca Antônio Torres\IPHAN. Essas fontes fornecem dados que nos permitem compreender a organização e urbanização do espaço em Diamantina. A metodologia da pesquisa consistirá em três etapas: 1ª Etapa: Coleta de fontes nos locais supracitados. 2ª Etapa: Identificação e catalogação das fontes nos acervos. 3ª Etapa: Elaboração de análises dessas fontes.

O trabalho encontra-se em fase inicial. Algumas fontes já foram coletadas no acervo da Câmara Municipal de Diamantina, principalmente algumas atas. Uma das principais fontes encontradas é o relatório intitulado “Prestação de Contas da Câmara Municipal de Diamantina de 1931”. O documento está sendo trabalhado de forma gradual e sistêmica. Quanto ao aporte teórico, algumas obras, principalmente aquelas que discutem as teorias higienistas e sanitaristas das primeiras décadas do século XX, estão sendo lidas e fichadas.

Palavras-chave: Urbanização em Diamantina, Saneamento, Atores Políticos.

PAISAGENS ARQUEOLÓGICAS DO ALTO ARAÇUAÍ: UM ESTUDO INTERDISCIPLINAR DOS SÍTIOS CABEÇAS, ÁREA ARQUEOLÓGICA DE SERRA NEGRA, MINAS GERAIS

Roberto Pilade Gambassi Junior

Este trabalho tem como objetivo apresentar os dados preliminares da pesquisa desenvolvida de forma interdisciplinar sobre a paisagem e distribuição espaço-ambiental do conjunto de Sítios Cabeças, a partir da coleta de dados para a área e a interpretação destes para se compreender os processos de ocupação do lugar, sendo que para esta pesquisa os conhecimentos de outras ciências foram de extrema importância para interpretar os dados obtidos e ajudar a compor um quadro arqueológico regional, o qual possuirá relevância nacional após se findar. O conjunto de Sítios Cabeças está inserido na Área Arqueológica de Serra Negra, em terras do povoado Cabeças,

município de Felício dos Santos, Minas Gerais. Em um total de cinco abrigos, todos com a presença de pinturas rupestres, as quais apresentam grande variabilidade estilística e temática, sendo que dos cinco sítios, três foram escavados entre os anos de 2013 e 2014, nos apresentando datações que vão do século XVII de nossa Era recuando até o Holoceno Médio, aproximadamente 7225 anos AP. (FAGUNDES, 2016). Neste sentido, apesar de se tratar de uma área total de 22 hectares (relativamente pequena), há um processo de ocupação em longa duração, o que nos leva a crer que há aspectos ambientais fundamentais para o estabelecimento e garantia de vida das populações pregressas durante oito milênios, mas que além disso, são as motivações relacionadas aos mitos, ao lugar dos ancestrais, ao sagrado e ao profano que garantem efetivamente o uso e continuidade dos lugares (SCHALANGER, 1992). Mediante a este universo de dados e possibilidades, esta pesquisa justificou-se por se tratar de uma experiência interdisciplinar (Arqueologia, Antropologia, História, Geologia e Geografia), como meio de se obter dados acerca das escolhas humanas sobre o habitar (INGOLD, 2010), indo além de opções que permeiam questões utilitário-funcionais ou ambientais, mas explorando os universos culturais e históricos envolvidos no processo contínuo de ocupação indígena no Alto Vale do Araçuaí, Serra do Espinhaço Meridional, Minas Gerais. Neste sentido, as metodologias empregadas na pesquisa permeiam por tal interdisciplinaridade para se interpretar os dados obtidos, sejam elas no georreferenciamento da área, o qual tem contribuído para à confecção de mapas e cartas arqueológicas para a área, permitindo compreender a espacialização dos sítios, e assim contribuir para a gestão do patrimônio arqueológico local. A utilização de VANTS (drones) para se obter imagens aéreas do lugar também tem contribuído para a obtenção de dados ambientais e para se discutir a distribuição espacial dos sítios em relação a paisagem. Outro ponto importante está relacionado ao uso de fotografias e filmagens dos abrigos, os quais estão ocorrendo em períodos distintos ao longo do dia e do ano e irão contribuir para a compreensão do uso/reuso dos abrigos e os processos de intemperismo sob o suporte rochoso, e por consequência sob as pinturas rupestres, sendo que para o acervo digital da pesquisa, as fotografias das pinturas passarão por realçamento digital através de ferramentas como o Corel Draw X8®, com os quais pretende-se realizar-se decalques digitais que irão cooperar para a interpretação sobre os processos de ocupação para o lugar, tendo como norte teórico para tal interpretação a visão de Schalanger (1992) de lugares persistentes.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade, Arqueologia, Área Arqueológica de Serra Negra, Grafismos Rupestres, Felício dos Santos.

COMPADRIO COMO ESTRATÉGIA DE ASCENSÃO DOS HOMENS FORROS NO ARRAIAL DO TEJUCO E VILA DO PRÍNCIPE 1720-1740 – NOTAS PRELIMINARES

Thassio Ferraz Tavares Roque (Bacharel em Humanidades)
Ana Paula Pereira Costa (Orientadora – UFJF)

O trabalho tem como objetivo analisar formas de ascensão e hierarquização buscadas por homens forros através do compadrio. Analisando registros de batismos alocados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina, buscaremos perceber o perfil dos afilhados (filiação - quando for o caso -, cor, condição jurídica e condição social, notadamente) dos homens forros que viviam no Arraial do Tejuco e na Vila do Príncipe entre os anos de 1720-1740, a fim de perceber se as relações de compadrio estabelecidas, constituíam-se em uma estratégia dos forros para se inserirem de forma diferenciada na sociedade em que viviam. Considerando-se que as localidades pesquisadas eram moldadas por valores de Antigo Regime, ou seja, pelo *status*, prestígio, honra e distinção, a investigação dos vínculos criados pelo batismo é de suma importância para o entendimento dos recursos, estratégias e restrições pelos quais os agentes sociais envolvidos na ação enfocada, construíam e mudavam suas interações no intuito de obterem melhores condições de vida.

No primeiro momento dessa pesquisa, mediante os estudos bibliográficos, recolhemos informações a cerca do recorte espacial, denominando alguns aspectos econômicos na Comarca do Serro Frio. Tem-se a importância de não delimitar a economia da região somente nas ações de garimpo, pois se tratava de um contexto ao qual a concessão de grande número de Sesmarias fora concedida. Jus a esse fenômeno ocorreu no Arraial do Tejuco, juntamente na Vila do Príncipe, o aumento populacional significativo. Temos então, a necessidade da produção de alimentos. Assim, ressaltamos não somente a existência das atividades agrônomicas como alternância para aqueles que praticavam a mineração. Os atores sociais desse contexto tinham também outras atividades ocupacionais, como funcionários de administração colonial e comerciantes. Era, portanto, uma sociedade em pleno trânsito de desenvolvimento, com as necessidades

pautadas ao que o sistema senhorial concedia, isto é, mão de obra escrava, relações clientelares, e busca por prestígios.

A partir desse amalgama econômico, procuramos evidenciar como os atores principais desse trabalho se articulavam nessa região. A intenção é diagnosticar mais detalhadamente o perfil dos padrinhos forros, e de seus afilhados, com o intuito de compreender, como essa relação dos libertos junto aos cativos, se desenrolava mediante as vivências dessa sociedade de disputas. É de suma importância lembrar, que é através do compadrio, que partiremos para essa análise, mostrando como o batismo foi sendo utilizado como um mecanismo de constituição de alianças.

Constamos no seguinte trabalho também, a importância do uso de registros paroquiais, para o entendimento dos estudos a cerca das hierarquias sociais referentes ao período da escravidão. Ressaltando que essa documentação oferece amplas possibilidades de pesquisa, revelando relações interpessoais e interfamiliares dos agentes sociais inseridos no Antigo Regime. Elencamos as limitações condicionantes que essa documentação apresenta, como também os auxílios interdisciplinares que os registros oferecem, sendo considerado bases para outras ciências, como antropologia, ciência política, geografia e economia.

Apesar do curto período analisado, espera-se que a conclusão dessa pesquisa nos ofereça novos olhares em se tratando aos estudos da área. Sabe-se que os laços espirituais no catolicismo tinham maiores pesos significativos do que o parentesco físico, e sendo assim, desejamos compreender como os homens forros utilizavam dessa estratégia para se articular nesse âmbito.

Palavras-chave: Compadrio, Homens forros, Vila do Príncipe.

OS IMPACTOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945) NA LEGISLAÇÃO MIGRATÓRIA BRASILEIRA

Jorge Júnio Gonçalves da Silva (Granduando – BHU)
Teresa Cristina Vale, Davidson Afonso de Ramos (Orientadores)

O fenômeno das migrações é um evento intrínseco da história humana ao decorrer dos séculos. Os motivos que ocasionam o deslocamento de povos são diversos e distintos, podem ser desde fatores econômicas até catástrofes ambientais. Portanto, indivíduos se deslocam dos seus locais de origem ou de habitação em direção a novos territórios na expectativa de encontrarem abrigo, segurança e condições dignas para se

reestabelecerem socialmente. Em meio a esse cenário e após a formação e consolidação dos Estados nacionais, estes passaram a desenvolver leis e regras para configuraram uma política migratório que atuasse na regularização das condições de entrada, residência e defesa do território para, dessa forma, responderem aos eminentes fluxos de deslocados. Assim como as causas que originam a locomoção de sujeitos são variadas, as legislações migratórias também sofrem a influência do contexto global, nacional e dos interesses internos dos governos. Na realidade brasileira, esse cenário não é muito diferente, pelo contrário, é notável o quanto esse fenômeno histórico se faz presente no país, seja na composição dos traços étnicos e culturais da população ou mesmo nas políticas que incentivavam a vinda de imigrantes para o território nacional, de fato, o imigrante é parte histórica do Brasil. Desse modo, ocorreu e ocorre no país uma legislação que visa regularizar e controlar os fluxos populacionais de outros países, onde os acontecimentos internacionais também interferem em suas normativas e resoluções. Nesse emaranhado, a presente proposta de apresentação visa expor o comportamento da legislação migratória brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Destacando o impacto que esse incidente histórico resultou no ato de recebimento de estrangeiros no país, sobretudo, após o ataque alemão ao navio brasileiro Taubaté no mar Mediterrâneo em 1942, o que provocou o endurecimento da política migratória sobre os povos alemães, italianos e japoneses. Ainda irá ser ressaltado o Decreto 3.175 de 1941 que embutiu restrições aos sujeitos migrantes que detinham interesse de vir para o Brasil. Embora todos esses decretos já tenham sido revogados, os mesmos ainda possibilitam reflexões no que tange a atuação do governo brasileiro na confecção de políticas migratórias. Todos os dados a serem utilizados são oriundos de bibliografia e de decretos de lei postulados durante o primeiro governo do ex-presidente Getúlio Vargas (1930 – 1945).

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, Legislação migratória, Brasil.

